

Como trabalha o I. N. E. P.

Reportagem DE ADALBERTO RIBEIRO

Não faz muito tempo que o Governo criou o I.N.E.P., que quer dizer: Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos. Foi a 30 de julho de 1938.

Como se vê, esse órgão do Ministério da Educação e Saúde conta apenas quatro anos.

Na *Revista do Serviço Público* do mês passado contei a história do Instituto Benjamin Constant. Remontei ao passado, ao ano de 1854, quando o Imperador D. Pedro II fundou a grande casa de assistência e ensino aos nossos cegos. Tive então de valer-me do processo do saudoso historiador da cidade, mestre Vieira Fazenda — não com o mesmo engenho e arte, é claro — na busca de informações nos arquivos poeirentos. Também conversei com velhos cegos educados naquele tradicional estabelecimento de ensino. E estes últimos informantes só conseguiram reportar-se a fatos e ocorrências de trinta anos atrás. Nem poderiam mesmo recuar mais, a menos que se valessem das reminiscências e histórias cortadas por seus antecessores na casa.

Quanto ao I.N.E.P., não há absolutamente dificuldade em fazer-lhe o histórico. Não custa.

Os seus quatro anos não chegam a ser *ontem*, mas oitenta e oito, como os do Instituto Benjamin Constant, estão pra lá de longe... E, mais um pouquinho, ter-se-ia um século!

Então, com licença, deixem-me começar, contando-lhes os

ANTECEDENTES DO I.N.E.P.

Antigamente, no tempo do Império e mesmo durante muitos anos da República, vivia-se no Brasil num largo ambiente de boas intenções. Projetos não faltavam, de criação e de reforma de serviços públicos.

Agrada-me, afinal, observar isso. Curvo-me sempre respeitoso diante da efígie dos conspícuos conselheiros do Império, metidos naquela indumentária complicada, que o professor Menezes de Oliva sabe descrever com graça e propriedade quando nos fala por exemplo do papo de tucano do Imperador e da heráldica dos Bragança, assunto em que é também muito versado o Sr. Gustavo Barroso.

E não há quem não fique seriamente impressionado diante de um retrato a óleo, de nossos venerandos antepassados, como aqueles que figuram no Museu Histórico. Chego a caminhar diante deles nas pontinhas dos pés...

Mas, não sei por que fracassavam então as belas iniciativas e se desfaziam com facilidade os sonhos e os magníficos projetos dos parlamentares e estadistas daquele tempo.

Quem sabe se não havia dinheiro?

Mas não poderia ser essa a única razão. E assuntos assim, dessa natureza, não comportam, afinal, interpretações simplistas.

Mas hoje, também se diz que não há dinheiro, e tudo se vai fazendo de verdade, como se pode observar nestes últimos dez anos. Iria longe se fosse agora passar em revista essas realizações.

Conforme lhes vou mostrar, cogitou-se no Império da instituição de um órgão nacional de estudos pedagógicos. Houve algumas iniciativas nesse sentido.

A primeira, em 1823. Na Assembléia Constituinte alvitrou-se a criação de um instituto encarregado da verificação dos resultados do ensino em todo o país.

Em 1826 e em 1827 outros projetos semelhantes foram apresentados sem que nenhum deles tivesse logrado andamento e aprovação.

Em 1834, o Ato Adicional à Constituição vinha descentralizar o governo da educação, entregando o ensino primário e o normal às Províncias. Sendo assim, qualquer idéia de um centro nacional de estudos pedagógicos poderia parecer supérflua.

Em 1882, isto é, quase meio século depois, o assunto voltou a preocupar o Legislativo, no "Parecer ao projeto de ensino primário", elaborado pelo então deputado Ruy Barbosa e no qual se cogitava da criação de um "Museu Pedagógico", com esta finalidade: "Expôr, demonstrativamente, a história, a estatística e a situação atual do ensino em todos seus graus, no país e no estrangeiro".

Em 1883, Franklin Dória pretendia a criação de um órgão semelhante, chamado no seu projeto "Museu Nacional Escolar", tentativa essa que, como as anteriores, fracassou.

Em 1890, agora na República, foi criado o "Pedagogium", pelo decreto n. 667, de 16 de agosto desse ano, e destinado a ser "o centro propulsor das reformas e melhoramentos de que carecesse a educação nacional". Mas com esse caráter nacional o Pedagogium havia forçosamente de ter vida efêmera, pois a Constituição republicana de 1891 manteve, quanto à instrução, a política descentralizadora do Ato Adicional de 1834, a que me referi linhas atrás.

O "Pedagogium" funcionou, a princípio, como desenvolvimento de um Museu Pedagógico, organizado por uma instituição particular, com o material que havia figurado na Exposição Pedagógica, realizada na Corte, em 1883. Passou depois à jurisdição do governo municipal do Distrito Federal, com programa mais restrito. Foi, afinal extinto, pelo decreto municipal n. 1.360, de 19 de julho de 1919.

Mas, a necessidade de uma instituição para o estudo geral dos assuntos da instrução, ficava demonstrada, por outro lado, na apresentação de sucessivos projetos, tendentes a criar um órgão colegial, para esse efeito — fosse chamado "Conselho Geral da Instrução Pública", ou, ainda, "Conselho Superior de Instrução Pública" ou Conselho Superior de Instrução Nacional", proposto pelo deputado Ruy Barbosa, em 1882.

Só em 1911, mais de vinte anos depois da República, viria a ser estabelecido o "Conselho Superior de Ensino", transformado depois em "Conselho Nacional de Instrução" e, ainda mais tarde no atual "Conselho Nacional de Educação". Por sua própria natureza, no entanto, esse órgão haveria de desenvolver atividades diversas das de um centro propriamente de documentação e pesquisa dos assuntos da educação.

A CRIAÇÃO DO MINISTÉRIO DE EDUCAÇÃO

A criação do Ministério da Educação e Saúde Pública, impondo novos encargos de administração ao governo central, em relação ao ensino de todo o país, deveria apresentar, de novo, a necessidade do estabelecimento de órgão daquela natureza. Mais tarde transformava-se a Diretoria Geral de Educação (dantes, Departamento Nacional de Educação) em Diretoria Nacional de Educação, à qual se atribuíam "o estudo e o preparo dos processos e dos atos oficiais relativos ao ensino em todos os seus ramos, bem como as investigações de natureza pedagógica necessárias à coordenação das atividades e das iniciativas da administração pública em todos os assuntos educacionais e culturais".

DA CRIAÇÃO DO INSTITUTO NACIONAL DE PEDAGOGIA
AO I.N.E.P.

A conjugação, num só órgão, de atribuições administrativas e de investigação e pesquisa, não deram o esperado resultado. Por iniciativa do Ministro Gustavo Capanema viria a ser restabelecido o antigo Departamento Nacional de Educação, e criado, ao mesmo tempo, um "Instituto Nacional de Pedagogia", "destinado a realizar pesquisas sobre os problemas de ensino, nos seus diferentes aspectos".

Justificando a criação desse órgão, assim escrevia, em mensagem ao Poder Legislativo, o Senhor Presidente Getúlio Vargas:

"Não possui, ainda, o nosso país um aparelho central destinado a inquéritos, estudos, pesquisas e demonstrações sobre os problemas do ensino, nos seus diferentes aspectos. E' evidente a falta de um órgão dessa natureza, destinado a realizar trabalhos originais nos vários setores do problema educacional, e, ao mesmo tempo, a recolher, sistematizar e divulgar os trabalhos realizados pelas instituições pedagógicas, públicas e particulares. Além disso, incumbir-se-á de promover o mais intenso intercâmbio no terreno das investigações relativas à educação, com as demais nações em que este problema esteja sendo objeto de particular cuidado da parte dos poderes públicos ou das entidades privadas".

O Instituto Nacional de Pedagogia não chegou a ser instalado. Pelo decreto-lei n. 580, de 30 de julho de 1938, foi ele, enfim, transformado no atual INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS PEDAGÓGICOS, (I.N.E.P.) que passou a funcionar desde logo.

Vê-se, pelo que ficou dito acima, que me assiste razão em afirmar que vivíamos noutros tempos num mundo cheio de boas intenções...

UMA VISITA AO I.N.E.P.

O Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos funciona naquele casarão feio da praça Marechal Âncora, ao lado do Museu Histórico Nacional, e onde esteve funcionando há pouco tempo a Imprensa Nacional, no andar térreo.

Em cima, na parte superior, se encontra uma dependência do Ministério da Agricultura.

Que casa horrível e antipática!

E' um alívio quando a gente se apanha cá fora na rua.

À frente, o Aeroporto, gramados graciosos, o mar, a vida, enfim, radiosa e bela à margem da linda Guanabara.

O contraste é chocante com aquela masmorra disfarçada e que, naturalmente, os nossos tradicionalistas não deixarão pôr abaixo. Pois se é o Passado, em caixa alta... E só isso, quanto vale?

Pois fui até lá.

Seria interessante verificar, depois de quatro anos de trabalho, como funciona o I.N.E.P., quais as suas realizações, quais as dificuldades encontradas e quais os seus trabalhos em marcha.

O acesso ao antigo prédio do Calabouço se dá por um pátio, que é também a área de circulação de várias outras repartições. Há, no entanto, um particular curioso: o portão por onde se entra apresenta uma placa de bronze, ali colocada, cremos que por ocasião da Exposição do Centenário, e não mais retirada e com o seguinte dístico: "Portão de Minerva"....

Esperei alguns minutos numa sala, na qual se encontra grande mesa para reuniões e cujas paredes apresentam vários quadros demonstrativos da evolução do ensino nos últimos dez anos: crescimento de matrícula, crescimento de despesas e proporção dessas despesas. Mas somos logo atendidos pelo diretor do Instituto, o professor Lourenço Filho, catedrático da Faculdade Nacional de Filosofia e, em comissão, na chefia do I.N.E.P. desde a fundação.

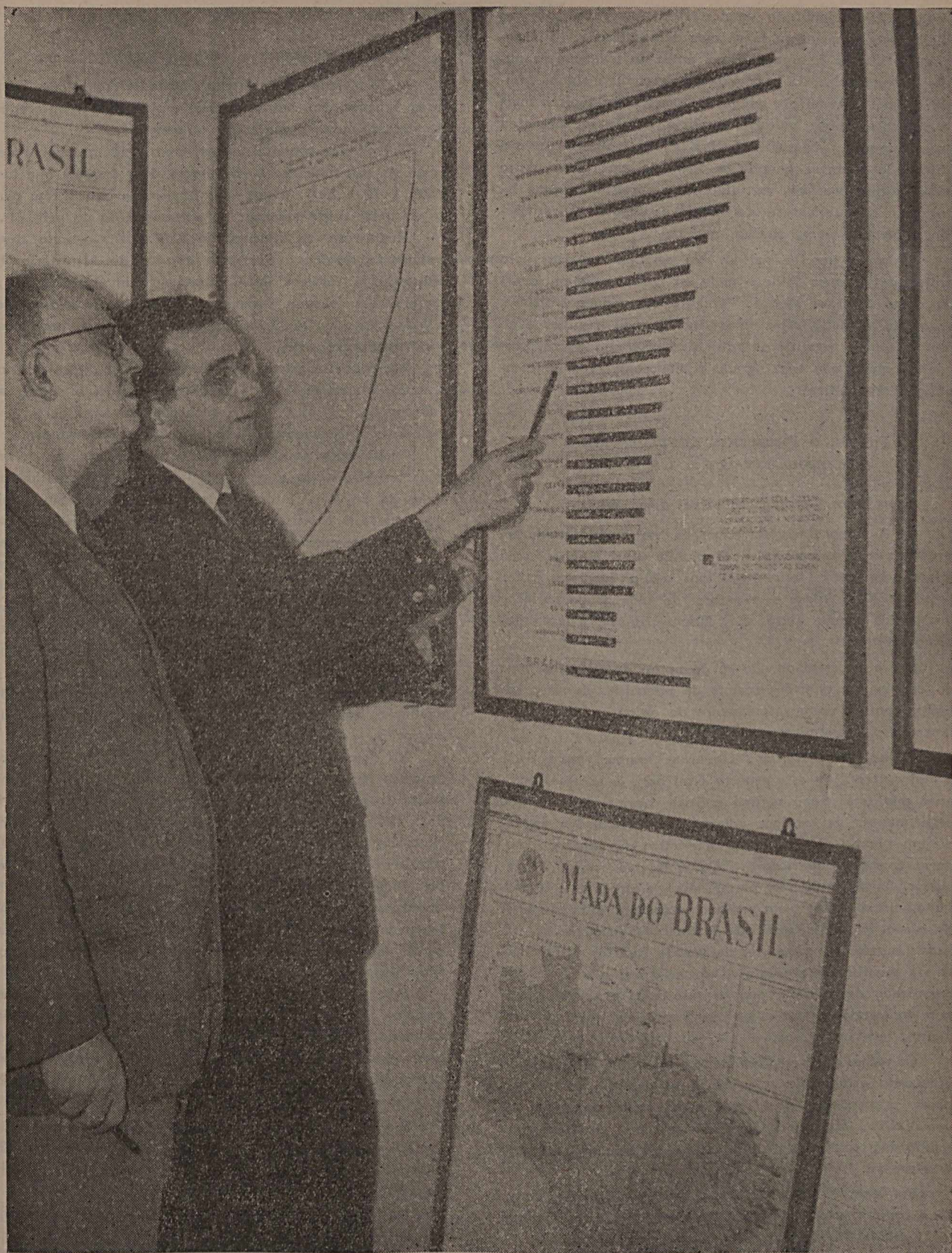
Em sua vida profissional percorreu ele todos os postos do professorado, desde professor primário, professor de ensino normal e secundário; todos os postos de administração, tendo sido diretor de escola primária, de escola secundária, do Instituto de Educação do Distrito Federal, diretor geral de instrução pública em dois Estados, o Ceará e São Paulo, diretor do gabinete do Ministro da Educação e diretor do Departamento Nacional de Educação. Diplomado por duas escolas normais e pela Faculdade de Direito de São Paulo, é autor de vários livros, dos quais alguns foram traduzidos no estrangeiro.

Por deficiência de instalação, o diretor do I.N.E.P. não tem gabinete privativo. Trabalha numa sala, formada por uma divisão envidraçada, em comum com outros funcionários.

Pelas paredes, veem-se gráficos e mapas. Aqueles com o resumo de várias pesquisas; estes com alfinetes coloridos, mostrando a distribuição das escolas normais, secundárias, comerciais e superiores.

O prof. Lourenço Filho revelou logo de início boa vontade em atender-me, o que me fez antever a possibilidade de conseguir, sem muito trabalho, levar a cabo a tarefa que me impuz, de trazer para as colunas da *Revista do Serviço Público* o que já fez, está fazendo e pretende fazer o I.N.E.P.

Alí mesmo, ao lado de sua mesa de trabalho, começou a orientar-me para a coleta de material, mostrando-me alguns mapas afixados à parede e gráficos sobre o mo-



No Gabinete do Diretor do I.N.E.P. — O prof. Lourenço Filho mostra ao redator da “Revista do Serviço Público” o gráfico demonstrativo da disseminação do ensino primário nas várias unidades federadas

vimento educacional no país. Pela fotografia logo no início desta reportagem se vê essa demonstração. Em seguida, o diretor Lourenço Filho, antes de levar-me às outras dependências da casa, conversou comigo algum tempo. Achei conveniente anotar na ocasião os tópicos mais interessantes dessa palestra, suplicio a que se submeteu pacientemente o diretor do I.N.E.P., que bem conhece a aflição do reporter quando se lhe fala em coisas muito sérias e que precisam ser divulgadas direitinhas, pois há enganos de publicidade de difícil e impossível retificação, sobretudo numa revista mensal.

Assim, o que se vai ler em seguida foi dito pelo professor Lourenço Filho e pode ser considerado entre aspas, para todos os efeitos. Quanto aos pequenos títulos, eu os fui soltando, afim de separar bem os assuntos e ao mesmo tempo permitir ao leitor descansar um pouco, pois não há quem leia com agrado tijolos compactos de composição tipográfica.

PORQUE O PRESIDENTE GETULIO VARGAS MANDOU INSTALAR O I.N.E.P.

O professor Lourenço Filho vai dizer porque :

— A importância da educação, no mundo moderno, é cada vez mais sensível. O mundo atual exige não só maior preparação individual, mas assim também maior coordenação de todos os membros de cada grupo social e dos vários grupos entre si. Numa palavra, exige organização.

Daí a necessidade não só de apuro de métodos, mas do estudo das questões sociais da educação, de suas relações com os demais fenômenos de ordem coletiva : demográficos, econômicos, políticos.

Todas as nações, nos modernos tempos, teem dado a maior atenção a este aspecto vital para cada uma, qualquer que seja o seu regime político, compreendendo que urge manter os serviços educacionais articulados segundo um plano. O grande característico da educação moderna é a sua *planificação*. Como já tive ocasião de escrever, há a considerar, porem, duas direções a este respeito : umas nações teem pensado estabelecer uma educação *de plano*, isto é, subordinada a uma ideologia política fixada ; outras, ao contrário, dentro de espírito mais objetivo e científico, concebem a educação *em plano*, ou seja organizada de modo a que os resultados a prover resultem do estudo cuidadoso de suas condições, em cada momento.

Os países que veem adotando esta última solução teem procurado estabelecer a pesquisa educacional, em largas bases, provendo a administração de órgãos para isso especializados, órgãos técnicos, não políticos, destinados ao estudo das realidades em que os fatos da educação venham a operar-se.

Foi esse, evidentemente, o pensamento do Sr. Getulio Vargas, criando e fazendo instalar o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, no Ministério da Educação, à semelhança do que já haviam feito outros países da Europa e da América. E é esse também o pensamento do Ministro Capanema, apoiando, como sempre apoia, os trabalhos que aqui realizamos.

A ORGANIZAÇÃO DO I.N.E.P.

E assim prosseguiu o professor Lourenço Filho :

— Modelado embora pelos planos de órgãos com idênticas funções, em outros países, o I.N.E.P. apresenta, no entanto, uma organização *sui-generis*.

Talvez não tenha sido por mero acidente que o decreto de sua fundação é da mesma data daquele que instituiu o D.A.S.P. e que suas funções se liguem, em parte, às deste órgão superior da administração do país.

Realmente, as funções do I.N.E.P. cobrem duas ordens de serviços : Serviços próprios do Ministério da Educação e serviços de Colaboração com o D.A.S.P., naquilo que possam interessar, direta ou indiretamente, à educação e no domínio em que elementos comuns possam ser aproveitados.

Na primeira parte, isto é, como "órgão técnico central do Ministério da Educação", como a lei o define, as funções do I.N.E.P. se desdobram em duas partes essenciais : a documentação e a pesquisa pedagógica.

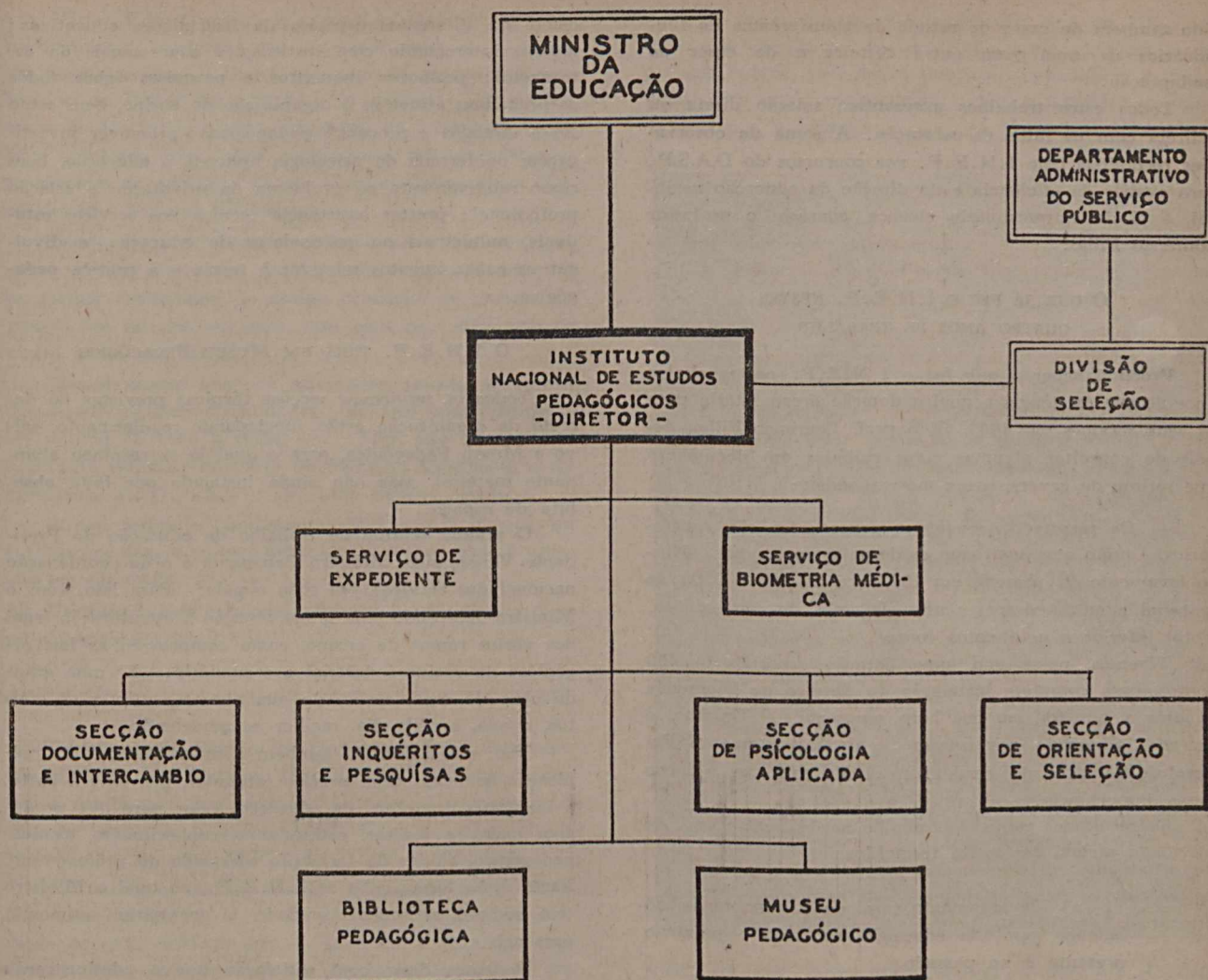
Os serviços de documentação visam habilitar os órgãos do Ministério a uma visão rápida e sistemática de todas as decisões, fatos e iniciativas da educação, qualquer que seja o seu domínio e onde quer que se exerçam, no território nacional. O I.N.E.P. é, assim, para usar de uma imagem simples, como que um observatório geral dos projetos, leis, regulamentos, planos parciais ou gerais de ensino e cultura, em todo o país. E' também um posto de observação de todas as realizações, já na órbita dos serviços oficiais, já das iniciativas particulares. Ou, para usar de uma expressão técnica, uma "clearing-house", ao mesmo tempo que posto de observação, um centro de avaliação, em função dos rumos da política nacional de educação.

No domínio da educação, tanto quanto no de outros aspectos da vida social, a documentação se impõe como ponto de partida para qualquer estudo de caráter objetivo. Só a descrição clara dos fatos oferece apoio para classificação ordenada, que os torna comparáveis, e permita ulteriores indagações, de que ressaltem as relações de dependência, acaso entre eles existentes. E, só na posse de tais dados, terá o administrador elementos seguros com que possa prefigurar as medidas de coordenação e reajustamento dos serviços a seu cargo, recomendando-as por fim à execução, com maior probabilidade de êxito.

Para demonstrar a importância da natureza destes serviços, bastará dizer que, até 1938, não dispunha o Ministério de Educação de uma fonte de informações coordenadas e sempre postas em dia. Hoje, graças aos trabalhos do I.N.E.P., nada que seja referente à educação do país lhe pode escapar.

E, pelos serviços de pesquisas, vai ainda além. Não bastará, é evidente, ao Ministério, saber que coisas se passam. Será preciso saber *como se passam* e, no limite do possível, *porque se passam*.

Os fatos da educação, na compreensão social que dele hoje temos, estão sujeitos a causas e efeitos; estão ligados entre si e ligados também a outros fatos da vida social. O homem comum pensa que, para desenvolver o ensino, basta o desejo de criar escolas... A observação meticulosa demonstra que não. Um sistema esco-



Este gráfico representa a organização dos diferentes serviços do I.N.E.P., e de suas relações com a alta administração do Ministério da Educação e do D.A.S.P.

lar não é uma criação artificial para que se possa instaurar com proveito, funcionar com eficiência e vantagem para a coletividade, senão quando relacionado a toda a vida social.

Ao I.N.E.P. cabe, por isso, ainda como órgão técnico central do Ministério, analisar os dados que colher, sistematizá-los, procurar por eles as *relações de dependência* entre os fenômenos. Isso é a investigação, isso é a pesquisa. Cabe-lhe ainda divulgar os resultados, sempre que isso se imponha, já entre o grande público, já entre os órgãos que tenham a responsabilidade da execução de serviços de educação, em todo o país.

Esta última parte toma a feição de *assistência técnica*, junto às administrações de ensino nos Estados, no Distrito Federal e no Território do Acre, e mesmo junto a instituições particulares, que dos recursos oficiais de pesquisa se queiram servir. A lei não obriga as administrações locais a seguirem os conselhos ou diretivas traçadas pelo I.N.E.P., salvo naquilo que decorram das diretrizes nacionais de educação, fixadas pela legislação e mandadas cumprir pelos órgãos de administração específica, como o Departamento Nacional de Educação. Mas

dá ao I.N.E.P. a faculdade de apresentar as suas sugestões, sejam elas solicitadas ou não pelos Estados e demais unidades federais. Não estabelece, assim, um regime de subordinação, pois o I.N.E.P. não é órgão administrativo, mas um regime de colaboração, de entendimento mútuo, de apoio recíproco entre os órgãos locais e o órgão central de estudo da educação do país. Veremos adiante como esta parte do programa vai sendo realizada e quais os seus resultados em favor do progresso técnico da educação nacional, já conseguidos.

ÓRGÃO COOPERADOR DO D.A.S.P.

— Como órgão cooperador do D.A.S.P. prosseguiu o prof. Lourenço Filho, o I.N.E.P. lhe deve prestar toda a colaboração que for reclamada, nos trabalhos de seleção e aperfeiçoamento do pessoal para os postos do serviço civil. Neste domínio, o I.N.E.P. vem auxiliando o estudo das bases de concurso e provas de habilitação e executando, por delegação do D.A.S.P., as provas de sanidade e de capacidade física, para esses concursos, bem como as de nível mental e de aptidão. Tem-se incum-

bido também de casos de estudo de transferência de funcionários de uma para outra carreira e de casos de readaptação. .

Todos estes trabalhos apresentam relação direta ou indireta com os fatos da educação. A soma de observações recolhidas pelo I.N.E.P. nos concursos do D.A.S.P., para avaliar a eficiência e a direção da educação nacional, é já de extraordinário alcance, concluiu o professor Lourenço Filho.

O QUE JÁ FEZ O I.N.E.P. NESTES QUATRO ANOS DE TRABALHO

Procurei saber o que fez o I.N.E.P. nestes quatro anos de sua existência e qual a dotação orçamentária para os seus serviços em 1941. E o prof. Lourenço Filho, depois de consultar algumas notas colhidas em documento que retirou da gaveta, assim me respondeu :

— Os resultados até agora conseguidos são satisfatórios, e creio que justificam as despesas realizadas. Nosso orçamento de pessoal, em 1941, foi de 393:800\$0; de material e outras despesas normais cerca de cem contos. Total inferior a quinhentos contos.

Tivemos, nesse ano, uma dotação especial de 450 contos, para completa instalação do Serviço de Biometria Médica, e que foi, em boa hora, empregada. De fato, o material adquirido, por intermédio do Departamento Federal de Compras, não seria agora obtido nem com o dobro dessa importância.

Os resultados gerais do trabalho nestes quatro anos de atividade podem ser assim resumidos :

- a) levantamento geral de documentação, do balanço geral da educação, em todo o país, no presente e no passado;
- b) início de pesquisas fundamentais de caráter estatístico, histórico e bibliográfico, sobre o ensino em geral e, especialmente, do ensino primário;
- c) estudos especiais sobre o problema da nacionalização do ensino, já em boa parte resolvido, onde mais agudo se apresentava, ainda em 1937;
- d) assistência técnica aos serviços de educação nas várias unidades federais, e a instituições particulares de ensino;
- e) intercâmbio com centros pedagógicos do estrangeiro;
- f) cooperação com os serviços da Divisão de Seleção do D.A.S.P.

Isso, sem contar os pareceres técnicos e estudos especiais, preparados por determinação do Sr. Ministro Capanema, trabalho para que, antes de tudo, está o Instituto montado.

Pode-se dizer assim que o I.N.E.P. vem cumprindo com o programa que lhe traçou o decreto-lei n. 580, e que é o seguinte :

Organizar a documentação relativa à história e ao estudo atual das doutrinas e das técnicas pedagógicas, bem

como das diferentes espécies de instituições educativas; manter intercâmbio com instituições educacionais do estrangeiro; promover inquéritos e pesquisas sobre todos os problemas atinentes à organização do ensino, bem como sobre métodos e processos pedagógicos; promover investigações no terreno da psicologia aplicada à educação, bem como relativamente ao problema da orientação e seleção profissional; prestar assistência técnica aos serviços estaduais, municipais ou particulares de educação, e divulgar os conhecimentos relativos à teoria e à prática pedagógica.

O I.N.E.P. TERÁ UM MUSEU PEDAGÓGICO

Todos os serviços e seções técnicas previstas no decreto de organização estão funcionando regularmente, salvo o Museu Pedagógico, para o qual já se recolheu abundante material, mas não ainda instalado por falta absoluta de espaço.

O grande sentido de trabalho de educação do Presidente Vargas e do Ministro Capanema é o da coordenação nacional dos serviços, em todo o país. Para isso, vem o Ministro dedicando toda a sua atenção à estruturação legal dos vários ramos de ensino, como comprovam as leis orgânicas de ensino industrial e secundário. É uma grande obra de organização, de que vamos sentindo os efeitos, e que, a cada dia, melhor se perceberão.

Vem ele dedicando também a maior atenção à organização técnica. Será preciso estimular, por toda a parte, a iniciativa das obras de educação, velar para que produzam maior e melhor, estimular o conhecimento técnico-pedagógico, cuidar da formação adequada do professorado. Parte dessa tarefa cabe ao I.N.E.P., ao qual o Ministro tem sempre estimulado e dado a necessária autonomia para agir.

Podemos dizer com satisfação que a administração de todas as unidades federais tem compreendido o esforço do Instituto nesse sentido, e vem colaborando com ele, de modo ativo e sempre crescente.

SEGUEM A ORIENTAÇÃO TÉCNICA DO I.N.E.P.

Alguns fatos concretos podem dar idéia clara dessa obra de coordenação de tanto alcance nacional, acentuou bem o prof. Lourenço Filho.

Neste momento, cinco unidades da Federação, os Estados da Paraíba, do Espírito Santo, de Alagoas e o do Ceará e o Território do Acre coordenam todas as suas atividades segundo a orientação técnica de nossos serviços. Na Paraíba e no Acre, dois técnicos indicados pelo I.N.E.P., a pedido dos respectivos governos, respondem pela direção dos serviços de educação.

Os serviços técnicos dos Estados do Maranhão e do Rio Grande do Sul veem mantendo estreito entendimento quanto ao trabalho que desenvolvem.

Este último Estado acaba de reformar a sua Secretaria de Educação, segundo as sugestões elaboradas pelo I.N.E.P.

Todos os demais Estados veem colaborando também muito cordialmente com o Ministério da Educação, através deste órgão técnico, havendo designado funcionários que trabalham como nossos correspondentes.

Vários Estados nos teem mandado professores e administradores escolares, para fazerem estágios e cursos em nossos serviços. Daquí partiram, há pouco, dez professores do Estado de Alagoas. No momento seis professores do Maranhão e uma professora do Acre aquí estão, para o mesmo fim. Dos cursos teem sido encarregados os técnicos de educação Dulcie Vianna, Celina Nina, Elisa Veloso e Armand Hildebrand.

Dentro de pouco, estaremos habilitados a iniciar, graças a estudos anteriores, uma grande campanha em prol do melhor rendimento do ensino primário, de grande expansão nos últimos dez anos, mas para cuja eficiência há muito ainda que fazer.

Nestes quatro anos de atividades, temos, por certo, encontrado algumas dificuldades. E' isso uma contingência normal de todo o trabalho... Mas, não nos falta o necessário estímulo de parte do Ministro Capanema e do presidente do D.A.S.P., Dr. Luis Simões Lopes.

A esse estímulo, bem como à dedicação do pessoal do Instituto se devem os resultados que o senhor poderá apreciar em sua visita.

Terminada esta pequena entrevista com o diretor, passei a percorrer a casa.

SECÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO E INTERCÂMBIO

Comecei pela Secção de Documentação e Intercâmbio, chefiada pelo Dr. Ruy Guimarães de Almeida, e que tem a auxiliá-lo o prof. Armand Hildebrand, também técnico de educação, e o Dr. Mario Calmon, assistente de ensino, além de uma datilógrafa e uma escriturária.

Alí encontrei curioso serviço: a análise, em prontuários, bem ordenados, de toda a legislação central de educação do país, desde o ano de 1808 até à data de nossa visita. São eles paralelos, em fichas datilografadas, um em ordem cronológica; outro, em ordem de assuntos.

Procurei saber quais as leis decretadas em 1865, ano da guerra do Paraguai, sobre ensino no país. O primeiro prontuário respondeu-me a pergunta mês por mês, dia por dia. A mesma coisa consegui quanto a 1889, ano da República.

Lembrei-me de verificar como falava o segundo prontuário, aquele que regista os *assuntos*.

— *Que tem ocorrido no país nos domínios da educação artística?*

E o Dr. Ruy de Almeida não hesitou:

— Aqui estão as fichas sob a competente rubrica: *Educação artística*. Consultada a ficha desejada, vai-se direito ao volume de legislação e encontra-se o documento por extenso.

O primeiro século, isto é, de 1808 a 1909 as fichas enchem apenas uma gaveta.

Mas deste último ano para cá, que diferença se nota!

Assim é que em 21 anos apenas, ou seja de 1909 a 1930, cresceu de tal forma a legislação que as fichas ocupam toda uma gaveta. E esse crescendo continua. De 1930 a 1942, duas gavetas compactas!

Um esclarecimento se impõe: Do ano de 1940, em diante, o serviço de documentação atinge não só a legislação federal, mas assim também a estadual e a municipal. E o que é mais curioso: todo o noticiário relativo ao ensino e à educação.



SECÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO E INTERCÂMBIO
— Fichário de legislação federal referente aos diversos graus do ensino e relativo aos anos de 1808 a 1942. Vê-se ao lado o Dr. Mario Calmon, encarregado desse serviço

Outro arquivo ainda mais interessante: aquele em que as fichas se acham ordenadas por assuntos e pelas datas.

Por exemplo:

— *Quantas construções escolares já se realizaram ou estão projetadas no país?*

E a ficha responde:

Iniciadas, tantas; mencionando as localidades e os Estados, com a data do começo das obras.

Outra ficha fala assim:

Construções terminadas, tantas. Inauguradas festivamente, tantas, em tais e tais datas.

— *Que educadores de projeção desapareceram, por exemplo, em 1940?*

Basta consultar outra rubrica, respeitosamente intitulada *In-memoriam*.

Este serviço chama-se *Subsídios para a história da Educação Brasileira*. Mantido dia a dia, é quase um milagre de organização.

O Dr. Ruy de Almeida acrescenta:

— Para a parte federal, os serviços próprios do Instituto fornecem-nos os elementos, que se acham aqui na secção apenas coordenados: anotam-se todas as publicações oficiais e ainda as comunicações de decisões de diferentes órgãos. Aqui estão, por exemplo, as circulares recebidas pelos inspetores de ensino superior no mês anterior, enviadas, na íntegra, por gentileza do Dr. Jurandir Lodi, diretor, da respectiva Divisão do Departamento Nacional de Educação. Aqui se acham também as fichas da Divisão de Educação Física, ultimamente elaboradas. Esta colaboração não é ainda completa, quer dizer, não vem igualmente de todas as repartições do Ministério, mas para lá caminhamos. O diretor do I.N.E.P., talvez com razão, não a deseje ter senão sob a base de colaboração.

— E quanto aos Estados e municípios?

— Temos um correspondente junto a cada departamento estadual, esclarece o Dr. Ruy de Almeida. Eles nos comunicam, em cada mês, o resultado do mês anterior. O espírito de cooperação desses auxiliares é cada vez maior. De um deles, o do Estado do Rio, e cujo nome deve ser mencionado, Arsenio Brandão Junior, recebemos no ano de 1941 quase quinhentas folhas datilografadas, além de recortes das publicações oficiais. O noticiário é também por eles enviado e completado pelo serviço de recortes do próprio I.N.E.P. Em cada ano, são examinados e classificados cerca de 80.000 recortes de jornais de todo o país, exclusivamente sobre educação e ensino.

520 MIL CONTOS COM DESPESAS ESTADUAIS DE EDUCAÇÃO EM 1942

Mas a documentação vai além. De cada Estado, vi um organograma, com a distribuição dos órgãos de administração dos serviços do ensino; um prontuário, em fichas horizontais, com a discriminação de cada serviço e estudo discriminado de todas as despesas de educação, nos anos de 1939, 1940, 1941, etc. O serviço correspondente ao ano corrente está terminado nos totais gerais.

Fiquei assim sabendo que as despesas dos Estados e do Distrito Federal, neste exercício, com os serviços gerais de educação, isto é, ensino em todos os ramos e graus, e órgãos de educação extra-escolar, como bibliotecas, museus, etc., atinge o montante de 520 mil contos, representando 16% das despesas totais das mesmas unidades. Houve um aumento sobre o ano anterior de 27 mil contos. Nesse ano, a percentagem das despesas de educação sobre as despesas gerais era menor: 15%.

Vejo agora aspectos complementares, não de menor importância. Em cada gaveta um aspecto. Aqui, o repositório de legislação de cada Estado. A última lei recebida no dia da visita: o decreto-lei n. 578, de 22 de julho de 1942, que reforma a Secretaria de Educação do Estado do Rio Grande do Sul.

Na exposição de motivos da referida lei se declara que o plano foi elaborado à vista de um esquema traçado pelo I.N.E.P.

Fiquei satisfeito ao ler isso. Porque, francamente, assim consegui confirmação de técnicos de longe, muito distante do Rio, do juízo que em pouco mais de uma hora, em convívio com os do I.N.E.P., deles havia formado.

A VIDA DE TODA A EDUCAÇÃO DO PAÍS

Descobri ainda um fichário muito interessante, que regista a vida de toda a educação do país, com indicações breves, precisas e atuais.

Nele se encontram fichas de todas as escolas normais, com a data da fundação, cursos e número de alunos, nomes dos professores das especialidades pedagógicas e sua qualificação, isto é, que cursos realizaram ou realizam.

COM O I.N.E.P. EU PERDERIA A APOSTA...

No "Correio da Manhã" de 7 de junho deste ano publiquei esta pequena crônica:

PAGA O HOLANDÊS...

Em qualquer parte, seja aqui, na China ou no Canadá, o serviço postal precisa da boa vontade e da cooperação do público para demonstração de sua eficiência.

Se uma carta deixa de ser respondida, surge naturalmente a suposição de que não foi entregue. E, daí, a condenação do Correio não demora muito.

Diariamente, milhares de pessoas transferem para o dia seguinte a resposta devida a uma carta. "Depois — consideram — mais um dia não faz mal, pois ainda está em tempo. Sim, a resposta vai ser dada, e a intenção de fazê-lo é firme, nem há dúvida. Também, fulano custou tanto a escrever, que diabo!" E assim vai-se diluindo a boa intenção e, em seu lugar, se insinuando o esquecimento, que age livre de justificativas ou desculpas... E sua ação não é muito diferente do aperto do cipó "mata-pau", quando se enrosca na árvore...

Resolvi há pouco tempo por à prova a resistência de nossa gente ao dever de responder às cartas que recebe. Estava em Araxá. Varanda do hotel. Bom humor. Anedotas em séries, mais ou menos inocentes, espírito *pickles* tão de nosso agrado. Aproveitei uma brecha e falei no Correio. Acentuei a necessidade de prestigiá-lo, de forma simples: não se deixando as cartas sem resposta. Acordo completo:

— Realmente. Isso de acusar o Correio de extraviar a correspondência pode ser fácil, cômodo e até prático, mas, francamente, não é honesto.

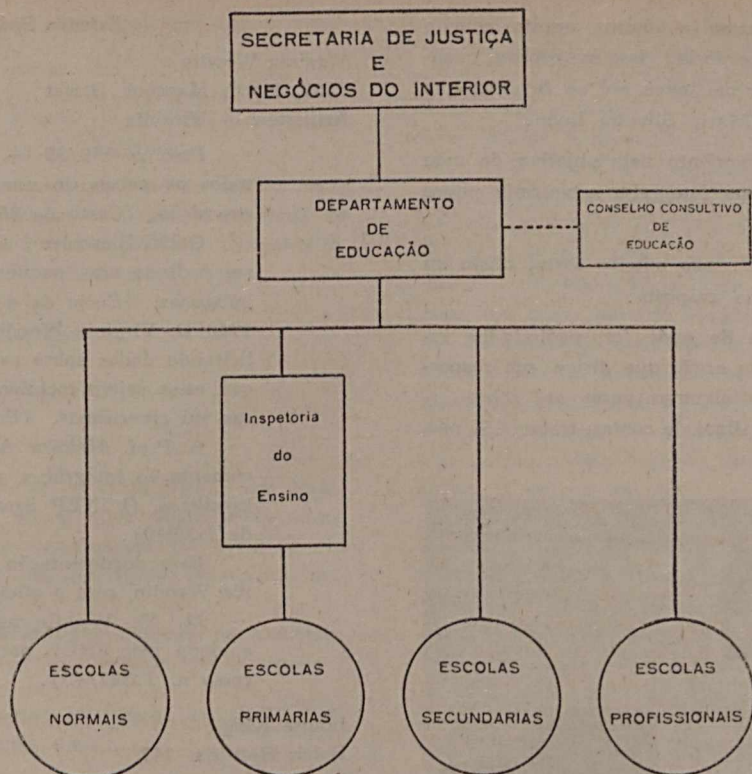
No Rio. Comecei a escrever a esses amigos, cooperadores espontâneos e sinceros do bom nome do Correio, enviando-lhes folhetos de trabalhos meus, acompanhados de cartas quase meigas. Vinte pacotes e todos registrados.

Não se fez esperar a resposta à primeira carta. Quanto às demais, nada até hoje!

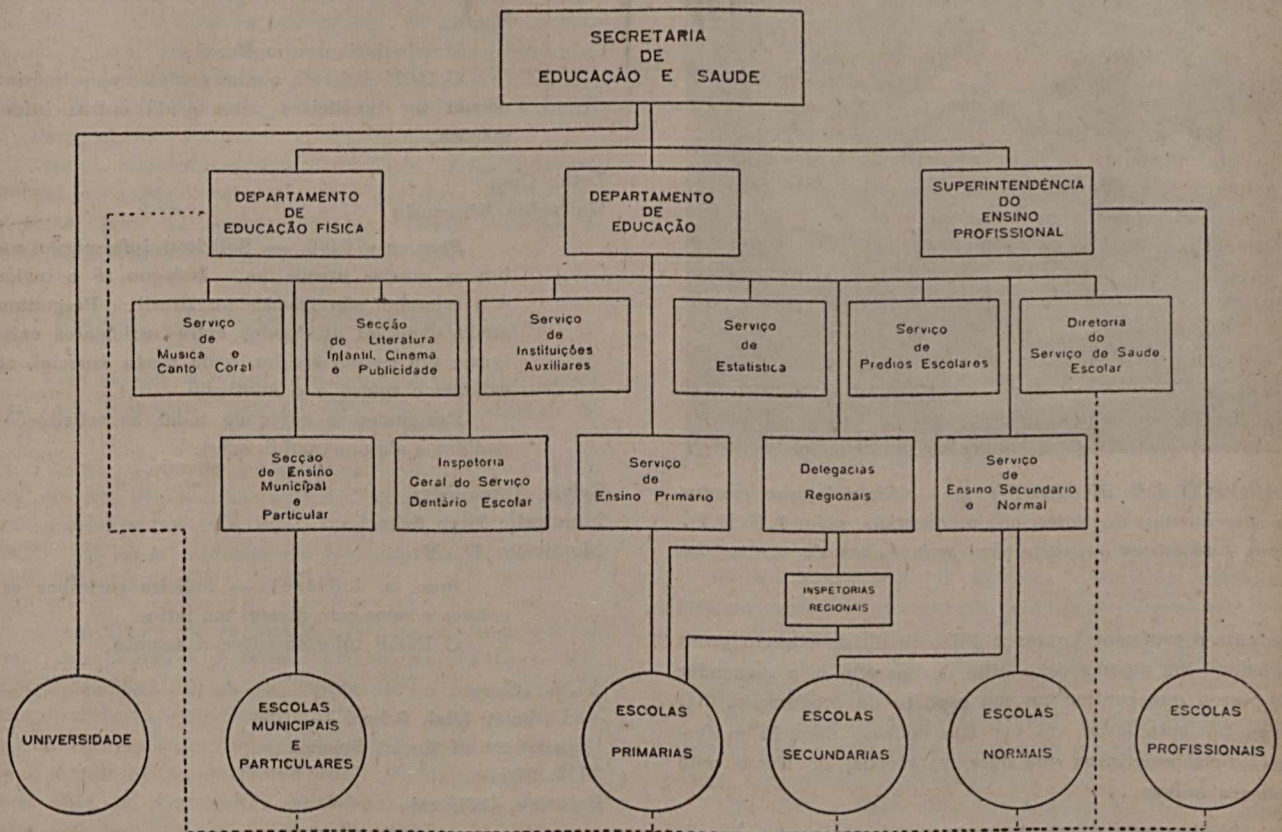
Exultei. Consegui confirmação plena do que já esperava: o Correio ainda uma vez deixou possivelmente de entregar as cartas...

E, enquanto houver semelhante recurso, o nosso serviço postal, francamente, não pode, pelo menos aparentemente, melhorar...

Adalberto Ribeiro



Administração dos serviços de educação no Estado de Sergipe



Administração dos serviços de educação no Estado de São Paulo

SECÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO E INTERCÂMBIO — Os estudos do I.N.E.P. permitem verificar a organização da administração dos serviços de ensino em cada Estado. Veem-se aqui os gráficos que representam um sistema muito simples de administração (o de Sergipe) e outro muito mais complexo (o do Estado de São Paulo)

Pois bem: se eu fizesse a mesma aposta com o I.N.E.P., de certo que a perderia. Isso me ocorreu quando o Dr. Ruy*de Almeida me levou até ao fichário, que está a cargo da senhorita Maria Silveira Lobo.

Foi surpreendida no momento pela objetiva de meu fotógrafo, conforme se vê na fotografia estampada pouco abaixo.

O diretor do I.N.E.P. não admite carta, ofício ou telegrama sem a necessária resposta.

Se lhe escrevem, seja de onde for, pedindo-lhe informações sobre assuntos do órgão que dirige, sua resposta não se faz demorar, e algumas vezes até sobre assuntos que não lhe cabem, afinal de contas, tratar. E nes-



SERVIÇO DE EXPEDIENTE — Fichário que resume o movimento do intercâmbio mantido pelo I.N.E.P. com professores e instituições pedagógicas do estrangeiro

se caso o professor Lourenço Filho se dirige a quem possa adiantar-lhe alguma coisa afim de aparelhá-lo a responder à pessoa que confiou no seu espírito de cooperação. O meu paciente leitor vai ver isto no caso daquela professora norte-americana que desejava receber do Brasil uma boneca baiana...

Melhor será transcrever em seguida algumas das fichas mostradas gentilmente pela senhorita Maria da Silveira Lobo. Por elas se verifica que tudo se acha anotado direitinho, de forma resumida, mas suficientemente clara:

Estados Unidos

Virginia Woodin
1507, North Hancock Street
Arlington — Virginia

Proc. n. 440/39 — Estudo sobre bonecas de todos os países do mundo, para organizar uma exposição. (Carta de 26 de juho de 1936).

O INEP escreve à Prof. Heloisa Alberto Torres pedindo uma pequena nota sobre as bonecas indígenas. (Carta de 4-9-939). Em janeiro de 1940 D. Virginia Woodin escreve novamente solicitando dados sobre as bonecas brasileiras para que estas sejam incluídas na descrição das bonecas sul americanas. (Proc. n. 184/40).

A Prof. Heloisa Alberto Torres envia documentação fotográfica e dados sobre as bonecas brasileiras. O INEP agradece pelo ofício n. 174, de 7-3-940).

Essa documentação foi enviada à D. Virginia Woodin, com o ofício n. 175, de 7-3-940.

D. V. Woodin agradece a boneca baiana enviada pelo INEP para a sua exposição (Processo n. 1.321/40).

Louise King
Balch Hall Ex. 147
Ithaca — New York

Proc. n. 289/39 — Pede informações sobre a educação pré-escolar, jardins de infância, no Brasil.

Deseja lecionar no Brasil.

O INEP informa que os professores primários devem ser brasileiros natos e dá outras informações.

Letha Cote
Galesville, Wiscousin

Proc. n. 76/40 — Solicitou informação sobre as escolas brasileiras. Indagou se o inglês e o espanhol são falados no Brasil. Perguntou ainda quais as atividades extra-curriculares existentes em nossas escolas, e de modo especial, se existem o teatro e o atletismo.

Respondeu-se enviando todas as solicitações pedidas e algumas publicações.

Sylvia Abramovitz
Monticello High School
Monticello, N. Y.

Proc. n. 1.821/41 — Solicita carimbos escolares e selos com dizeres em latim.

O INEP informa sobre o assunto.

A. A. Gray
— Berkeley High School —
Department of Social Science
2412, Milvia
Berkeley, California

Proc. n. 496/41 — Solicita remessa de publicações sobre a história e geografia do Brasil.

O INEP envia publicações e um mapa do Brasil.

Ella G. Knowles
Midletown High School
Middletown, Conn.

Proc. n. 1.546/41 — Solicita informações sobre educação visual no Brasil.

O INEP comunica que enviou cópia da carta ao Dr. Roquete Pinto, do Instituto Nacional de Cinema Educativo, que responderá diretamente, e remete publicações diversas.

Paraguai

Lydia Kallsen de Torres e
Sara Silva de Ashwell
— Professoras —

Proc. n. 710/41 — O Ministério das Relações Exteriores envia, para distribuição entre escolas brasileiras, exemplares do "Himno des niños americanos" da autoria das professoras acima mencionadas.

O INEP providenciou enviando um exemplar aos Departamentos de Educação nos Estados.

O Dr. Ruy de Almeida, referindo-se ao fichário que me acabava de ser mostrado, disse :

— O valor deste trabalho não é só para os serviços do Ministério da Educação. Para o nosso intercâmbio, também. Começa a haver enorme interesse pelas coisas da educação brasileira no estrangeiro. Só no ano de 1941 respondemos a 285 pedidos de informação. Os países mais representados foram Estados Unidos, 139; Argentina, 25; Cuba, 18; Colombia, 10; México, 8; Chile, 7; Uruguai, 7; Paraguai, 6.

Neste momento o I.N.E.P. está preparando um folheto em inglês, com a descrição de nosso sistema educacional, para os Estados Unidos. Desse trabalho se acha encarregado o Dr. Thomaz Newlands.

SECÇÃO DE INQUÉRITOS E PESQUISAS

Esta secção, que tem o encargo de pesquisas gerais, está no momento chefiada pelo próprio diretor do I.N.E.P.

Voltei novamente a importunar o prof. Lourenço Filho em seu gabinete de trabalho, afim de colher novas informações sobre esse outro importante setor do Instituto. E assim o diretor me falou da Secção de Inquéritos e Pesquisas :

— A rigor, não se justifica uma secção com este título, pois pesquisas se fazem também na Secção de Psicologia Aplicada e na de Orientação e Seleção, como ainda no Serviço de Biometria Médica e na própria Biblioteca do Instituto. Nosso desejo é que esta secção passe a denominar-se de "Organização Pedagógica", com o que, aliás, já concordou o Ministro Capanema, pois que para esse fim é que ela realmente trabalha.

Logo de início, aí vimos as pesquisas de base estatística. Ao I.N.E.P. vem o Serviço de Estatística da Educação e Saude, dirigido pelo Dr. Teixeira de Freitas,

prestando toda a cooperação possível, com a maior solicitude. Apenas esteja apurado qualquer levantamento estatístico, ele é logo comunicado ao I.N.E.P., que começa então a analisá-lo (a comparar os recultados, a extrair índices, a procurar correlações...).

— O I.N.E.P., acentua o professor Lourenço Filho, não *produz* estatística; *consome-a*... A estatística educacional é levantada pelo Serviço próprio do Ministério da Educação, com o qual estamos em estreito entendimento. E vale a pena dizer que os trabalhos desse gênero, em nosso país, já chegaram a um apuro igual aos dos da estatística mais bem organizada do mundo. Desde 1932, possuímos levantamentos cuidadosamente feitos, segundo sistemática com rigor obedecida, o que torna os dados perfeitamente comparáveis entre si. Isto explica por que temos podido realizar estudos da mais diversa natureza, e sempre em dia.

Vi então os dados gerais do ano de 1941, já em fase de análise, bem como os resultados, em tabelas e quadros numerosos, do exame de revolução do ensino no quinquênio 1936-1940. Está sendo preparada a publicação respectiva, em tudo semelhante à primeira publicação do I.N.E.P., que foi sobre o movimento do ensino no quinquênio de 1932 a 1936. Solicitei algumas primícias deste trabalho, para constar da reportagem. E o professor Lourenço Filho prontamente me atende, dizendo :

— Veja aqui, primeiramente, os resultados gerais: tínhamos em 1936 39.110 escolas, com 3.065.522 alunos. Em 1940, 46.233 escolas, com 3.718.357 alunos. O aumento do número de escolas, nesses cinco anos, foi de 21 % ; o de alunos foi de 19 %.

QUANTO PROGREDIMOS NA EDUCAÇÃO NOS ÚLTIMOS NOVE ANOS

E o professor Lourenço Filho assim prossegue:

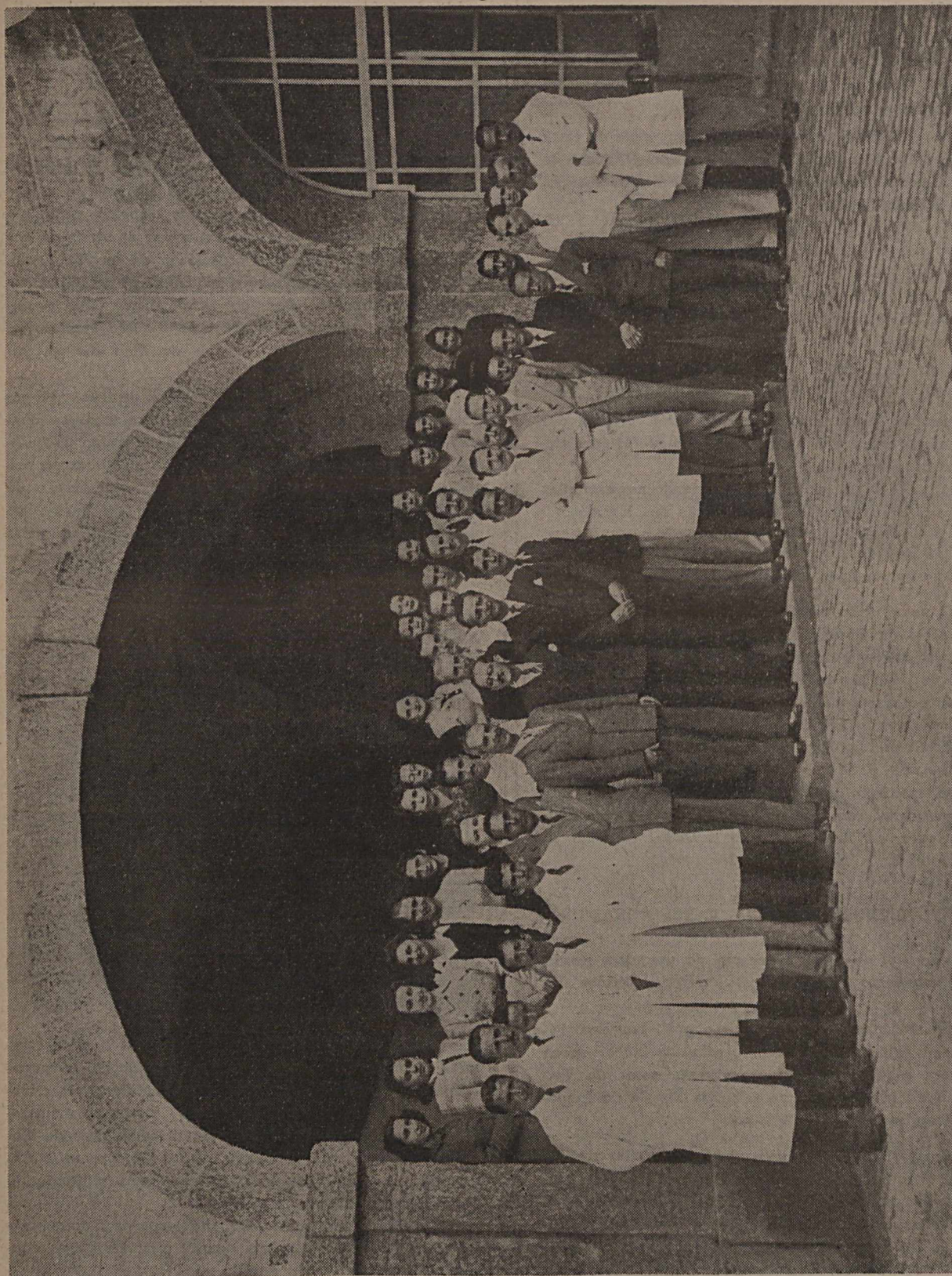
— Muito importante é observar o crescimento do ensino médio, ensino da juventude, nos ramos do ensino secundário, industrial, doméstico e profissional em geral. O aumento aí foi de 47 % quanto ao número de escolas, e de 43 % quanto ao número de alunos.

O ensino superior aumentou em número de escolas, mas diminuiu em matrícula, o que significa maior rigor, maior moralidade. O ensino primário aumentou em 20%, quanto ao número de alunos.

Estes dados se tornam mais expressivos quando comparados com os do crescimento da população: a população cresceu em 7 %, nos cinco anos considerados ; a matrícula em 21 %, como já dissemos. Portanto, melhoramos enormemente em situação, quanto ao número de alunos para cada cem habitantes. Em 1936, apenas 7 frequentavam escolas. Em 1940, de cada cem habitantes, 9 frequentavam escolas.

E, quando vemos que, em 1932, apenas 5 frequentavam escolas, percebemos logo quanto progredimos na educação nos últimos nove anos!

De 1932 a 1941, observei depois, em outras tabelas, que o aumento de escolas foi de 59%; o de alunos, de 67 % ; de professores, 56 %. Muito importante verificar ainda que o aumento de aprovações, em geral, foi de 78 %. O aumento de conclusões de curso, de 120%!



Grupo de funcionários do I.N.E.P., vendo-se ao centro o seu diretor, prof. Lourenço Filho (o oitavo a partir da esquerda) (adeado pelo prof. Jacyr Maia, chefe da Seção de Orientação e Seleção e Dr. A. Gavião Gonzaga, chefe do Serviço de Biometria Médica, à esquerda; e Dr. Ruy de Almeida, chefe da Seção de Documentação, e Otto Floriano, do Serviço de Expediente, à direita).

As pesquisas do I.N.E.P. não são apenas as de base estatística, sem dúvida das mais importantes, mas não suficientes. Esse é o domínio do quantitativo; deve ser procurado também o *qualitativo*. As investigações são também do domínio histórico, e propriamente técnico-pedagógico.

No domínio histórico, com a colaboração desinteressada do incansável estudioso Dr. Primitivo Moacyr, já publicou o I.N.E.P. quatro volumes sobre a evolução da instrução na República, estando já mais três em trabalhos de impressão na Imprensa Nacional.

Todo o período de 1889 a 1930 ficará assim estudado, em cinco volumes sobre o ensino secundário e superior; um, sobre o ensino profissional; e outro sobre o ensino agrônômico.

LIVROS SOBRE EDUCAÇÃO PUBLICADOS DESDE 1822 ATÉ 1941!

Pesquisa de ordem bibliográfica, e que permitirá apreciar a evolução do pensamento pedagógico, está também sendo concluída, sob a direção do próprio diretor do I.N.E.P. Dará margem à publicação de um volume sob o título *BIBLIOGRAFIA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO*, e conterá a indicação de todos os livros publicados sobre educação e ensino desde 1822 até o ano de 1941, além de breve sumário de cada um. Não figuram aí os livros propriamente didáticos, mas apenas os de estudo exclusivamente pedagógico, publicações oficiais, como relatórios e estatísticas, e os de comentário social desde que diretamente ligados à educação. No fim desta reportagem pode-se encontrar a parte dessa biografia referente ao ano de 1941.

Já o I.N.E.P. publicou também duas pesquisas gerais sobre "Administração dos serviços de educação", e "Situação geral do ensino primário".

REVELADA PELA PRIMEIRA VEZ A SITUAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO

A primeira dessas pesquisas apresentou, pela primeira vez, a situação real da administração dos serviços da educação em todo o país, tendo produzido imediatos efeitos. O volume trás um estudo geral e minuciosa documentação relativa a cada unidade federada. Os dados e confrontos assim estabelecidos levaram vários Estados a criarem órgãos de elaboração técnica e a cuidarem com maior carinho dos serviços de inspeção escolar.

Realmente, nesse trabalho do I.N.E.P. ficou demonstrado que, em vários Estados, o número de inspetores escolares era absolutamente insuficiente. Nalguns deles, cada inspetor teria a seu cargo mais de 200 unidades escolares, só podendo voltar à mesma escola, no prazo mínimo de dois anos... Assim o Amazonas, com 504 unidades para cada inspetor; Alagoas, com 342; Goiás com 230 e Mato Grosso, com 210.

O Prof. Lourenço Filho teve ensejo de me revelar então essas observações com referência a todos os Estados, apoiando-se na interessante publicação do I.N.E.P.: *A Administração dos Serviços de Educação*.

Melhor será transcrever aqui nesta reportagem o quadro de distribuição dos inspetores escolares de todo o país:

UNIDADES FEDERADAS	UNIDADES ESCOLARES	INSPETORES DE ENSINO PRIMÁRIO	UNIDADES POR INSPETOR
Amazonas.....	504	1	504
Pará.....	1.310	11	119
Maranhão.....	412	5	82
Piauí.....	407	4	102
Ceará.....	1.191	10	119
Rio Grande do Norte.....	519	5	104
Paraíba.....	905	9	101
Pernambuco.....	2.027	17	119
Alagoas.....	683	2	342
Sergipe.....	422	4	106
Baía.....	1.590	20	80
Espírito Santo.....	1.043	9	115
Rio de Janeiro.....	1.622	19	85
São Paulo.....	6.428	123	52
Paraná.....	1.317	13	101
Santa Catarina.....	2.286	19	120
Rio Grande do Sul.....	5.346	43	124
Minas Gerais.....	5.361	31	173
Goiás.....	460	2	230
Mato Grosso.....	421	2	210

A VANTAGEM DAS PUBLICAÇÕES DO I.N.E.P.

Dia adia se vai constatando a vantagem da larga distribuição que o I.N.E.P. faz de suas publicações. Porque elas possibilitam aos estudiosos de nossas questões de ensino e de educação *comparar* com exatidão o que se faz por exemplo no Amazonas com o que se faz no Rio Grande do Sul. E as autoridades que têm responsabilidade de direção do Ensino, seja nos municípios, seja nos Estados, animam-se assim a tomar providências no sentido de fazer um *reajustamento* adequado daquilo que se acha falho ou deficiente. Porque, muitas vezes, não se trata da falta de recursos financeiros para a iniciativa de medidas indispensáveis à execução desse reajustamento. O que falta, sim, é conhecimento, é orientação do que deve ser feito, de forma eficiente. E as publicações do I.N.E.P. são o melhor roteiro para os estudiosos que vivem afastados dos grandes centros e privados de bibliografia adequada a seus estudos.

Ainda há pouco tempo o interventor de Alagoas, capitão Ismar Goes Monteiro, esteve no I.N.E.P., fazendo-se acompanhar nessa visita do diretor do Departamento de Educação daquele Estado, padre Medeiros Neto.

O capitão Goes Monteiro havia lido o quadro que se vê linhas atrás sobre distribuição dos inspetores escolares.

Ficou ele impressionado com o fato de Alagoas ter um inspetor escolar para 342 escolas, o que — está-se a ver claramente — é insuficiente. Essa fiscalização há de ser sempre deficiente e precaríssima.

Pois bem, o Prof. Lourenço Filho fez-lhe ver que se impunha o aumento, quanto antes, dos inspetores alagoanos. E ficou, afinal, assentado que o Estado de Alagoas deveria ser dividido em seis distritos escolares, cabendo a cada inspetor 110 escolas e não 342!

E' oportuno lembrar que no tempo do Império não havia inspetores de ensino.

O Colégio Pedro II, que naquela época já era estabelecimento padrão, recebia uma vez por ano a visita de

“dois comissários”, que assistiam as aulas do antigo Seminário de S. Joaquim e depois transmitiam muito em segredo o que haviam observado às autoridades superiores.

E em alguns de nossos Estados a fiscalização do ensino é hoje de tal forma precária que não se acha muito distanciada dessa outra do tempo do Império...

A QUESTÃO DA “IDADE PRÓPRIA” E REGULAR DE MATRÍCULA

No volume *Situação Geral do Ensino Primário* fixou também o I.N.E.P., de modo muito claro, certos aspectos relativos à organização escolar, e que estão sendo agora cuidadosamente considerados pelos órgãos locais de administração do ensino. Assim, a questão da “idade própria” ou regular de matrícula; a questão da frequência e da evasão escolar; também a das funções reais da educação primária.

Vale a pena transcrever as observações que o diretor do I.N.E.P. faz na introdução desse trabalho:

“Examinada a composição de idades dos alunos matriculados no ensino fundamental, observa-se que, por deficiência da rede escolar, em épocas anteriores, tem sido as escolas levadas a receber alunos de idades muito mais avançadas que as previstas no cálculo anterior. De outra forma, as escolas atuais estão ressarcindo a desídia do passado. Mas, por isso mesmo, estão deixando de cobrir, em larga extensão, a tarefa que lhes cumpria estar realizando, em relação às gerações de idade escolar normal, no momento presente. Por outras palavras, ao considerar a taxa já alcançada pela matrícula, em relação à população total, não deverá ser esquecido que esse resultado não representa o do movimento da matrícula para as crianças *que já necessitam do ensino elementar*. Representa o de crianças e adolescentes, uns, na idade escolar regular; outros, em idade a ela superior. A taxa de alunos inscritos, com mais de 12 anos, em 1937, em todo o país, era a de 28 % da inscrição geral, sendo de mais de 35% nos Estados do Amazonas, Ceará, Minas Gerais, Goiás, Maranhão, Piauí e Rio Grande do Norte e no Território do Acre. Onde se apresentou mais reduzida (Paraná, São Paulo e Santa Catarina) ainda assim se manteve entre 20 % e 23 %.

Não se discute a importância da obra social que as escolas veem realizando, com o ensino que assim ministrem a crianças e adolescentes acima da idade regular. O que se quer esclarecer é que a rede escolar primária do país ainda está longe de oferecer a capacidade mínima a desejar-se, *para as classes de idades que já deviam estar sendo convocadas para o ensino*. Levando-se em conta as idades próprias em que deve ser ministrado o ensino primário, verifica-se, portanto, que os resultados do trabalho escolar dão impressão de muito maior deficiência do que à

primeira vista podia parecer. Pelo cotejo do contingente de crianças de três idades, e a matrícula obtida não já tão somente de alunos de sete a nove anos, mas de alunos de sete a onze anos. Como os últimos dados definitivamente apurados, em relação a grupos de idades, referem-se ao ano de 1937, o cotejo é feito com a estimativa de crianças de três idades existentes em dezembro do ano anterior, também calculada com base nos resultados preliminares do recenseamento de 1940. Ele nos forneceu elementos para julgar do que poderíamos chamar de *capacidade virtual* dos sistemas escolares nas várias unidades federadas; e para julgar do trabalho das escolas, em face das necessidades do contingente de população que nelas deveria estar inscrito. O “deficit” em relação à capacidade virtual, era para todo o país de 30 %; o “deficit” em relação à matrícula nas idades próprias eleva-se a 49,4 %”.

Essa e outras verificações estão levando os Estados a reajustarem os seus planos de ensino, ou, melhor, muitos deles a criarem planos, para a distribuição das escolas primárias, pois esses planos dantes eram muito vagos e incertos.

Investigações mais minuciosas, do ponto de vista de organização escolar, e do valor propriamente do ensino, iria encontrar em outras seções, como adiante se verá.

NO CAMPO DA PSICOLOGIA APLICADA

O campo da psicologia aplicada tem extraordinária importância em educação. Fenômeno social, em toda a sua extensão, sem dúvida alguma, a educação é, no entanto, pelo aspecto de execução, uma arte baseada na psicologia. O I.N.E.P. não deveria deixar de ter, portanto, estudos dessa natureza.

A Secção de Psicologia Aplicada vem sendo chefiada, desde a sua fundação, pelo Prof. Manoel Marques de Carvalho, que, desde há um ano, vem fazendo um curso de especialização nos Estados Unidos, na Universidade de Filadelfia. Seu regresso dar-se-á no corrente mês.

A Secção não parou, no entanto, os seus trabalhos tendo a responder por parte de seus trabalhos a professora Dulcie Kanitz Viana, e por outra parte, a professora Inês Bomilcar Besouchet. Uma e outra me dão as indicações dos trabalhos em curso, bem como de investigações anteriormente realizadas.

MAIS DE 1.600 ESCOLAS NO DISTRITO FEDERAL

O primeiro grande trabalho feito foi um levantamento sobre as escolas e cursos do Distrito Federal, tarefa propriamente de documentação, mas que importava ao início da organização da secção. Esse trabalho acha-se publicado, como guia aos pais, mestres e estudantes, sob o título **OPORTUNIDADES DE EDUCAÇÃO NA CAPITAL DO PAÍS**, e contém a indicação e classificação de mais de 1.600 escolas e cursos do Distrito Federal.



SECÇÃO DE PSICOLOGIA APLICADA — *Funcionárias em trabalho na investigação sobre o vocabulário comum da língua portuguesa, anotando as palavras utilizadas no "Dom Casmurro", de Machado de Assis*

De uma parte, o volume apresenta, na verdade, um trabalho de documentação. Mostra ao vivo quais os recursos com que pode contar a infância e a juventude do Rio de Janeiro para educar-se. Ali estão, primeiramente, em ordem administrativa, segundo os Ministérios, Prefeitura, e entidades particulares, quais os estabelecimentos, sua sede, sua organização, seus cursos, condições de matrícula, taxas, diplomas, regalias por estes concedidos, legislação, regulamentação etc.

De outra parte, o volume oferece quadros de orientação educacional, segundo a idade, os estudos anteriores, o sexo e a capacidade econômica de cada um para seguir maiores estudos. Um guia interessantíssimo, da maior utilidade, especialmente agora que a legislação determina que funcionem serviços de "orientação educacional" em todas as nossas escolas secundárias e industriais.

AS NOSSAS PUBLICAÇÕES INFANTÍLS ESTÃO MELHORANDO

O segundo trabalho da secção, ainda não publicado, versa sobre jornais e revistas infantís e juvenís. Foram analisadas coleções atuais de dez dessas publicações pe-

riódicas, comportando essa análise o estudo já das condições de apresentação material, como formato, tipo, impressão, clichés, até o estudo dos assuntos, dos gêneros de histórias e autos, motivo das gravuras, intenção dos autores, qualificação dos autores.

Um trabalho realmente completo, e que merecerá a maior divulgação, pois demonstra tudo quanto de bom produzem os jornais e revistas infantís, como também os aspectos menos educativos que elas podem ter.

— O simples fato de levantarmos esta análise, explicamos uma das encarregadas da secção, influiu consideravelmente na melhoria das publicações. Elas passaram a considerar os assuntos nacionais, dantes quase inexistentes. Passaram a exercer também uma auto-censura proveitosa... Mas, evidentemente, as publicações brasileiras desse gênero ainda apresentam muitas deficiências.

Quer ver?... Já no aspecto material, verificou o I.N.E.P. o seguinte: 37 % do material examinado, apresenta a impressão suficientemente clara ou nítida; 25 % borrada; outros 25 % manchada, fraca ou falhada.

Quanto ao arranjo ou ordem da matéria, um terço vem com a nota "continua no próximo número", o que

nem sempre se justifica, e, às vezes, apresenta contra-indicação como texto educativo. 15 % do material analisado não continha indicações de número de páginas.

O VALOR EDUCACIONAL NAS REVISTAS INFANTÍLS

Quanto ao valor educacional, poderemos ver o seguinte: os assuntos mais frequentes eram histórias e aventuras, inclusive policiais, às vezes de forma absolutamente contraindicada, com 18 %; assuntos recreativos e humorísticos, com 46 %; instrutivos, 20 %; cívicos ou patrióticos, apenas 4 %; outros assuntos, 11 %.

Quanto aos locais, em que se passam as cenas ou a ação das narrativas, verifica-se que apenas 8 % se referem ao Brasil! Muito pouco, como se vê. O mesmo quanto aos autores, que eram, nacionais 17 %; estrangeiros, 83 %.

Estes, como outros pontos, foram examinados "em laboratório", digamos assim. Mas a análise foi mais a fundo. O I.N.E.P. fez circular um inquérito entre os leitores dessas publicações, entre os pais dos mesmos e seus professores. Colheu, assim, a impressão viva da influência educativa ou deseducativa das referidas publicações.

De um modo geral, a leitura de jornais e revistas se apresenta como útil; mas, como é fácil compreender, pelos dados anteriores, há influências não propriamente nocivas, para a grande média das crianças, mas ausência de maior adaptação dos assuntos e do material de leitura para as nossas crianças.

A pesquisa foi ao ponto de verificar se a leitura poderia ter influído em casos que tivessem repercutido na Delegacia de Menores e no Juízo de Menores. Nenhuma afirmação positiva se pode fazer a respeito. Foram examinadas algumas centenas de processos e não se teve qualquer indicação da influência dessas publicações.

Logo que foi terminado esse trabalho sobre os jornais infantís, e porisso mesmo que a sua linguagem revelava também inúmeras deficiências, procurou o I.N.E.P. estudar o vocabulário da criança brasileira. Ou melhor: estabeleceu para isso um largo plano de investigação sobre o vocabulário em uso já na escola, já antes dela, já no adulto médio comum.

Uma comissão composta dos professores Clovis Monteiro, diretor do Internato Pedro II, Orminda Marques, Helena Mandroni e Nair Viana, então da Escola de Educação do Distrito Federal, com a assistência do professor Manoel Marques de Carvalho e do próprio diretor do Instituto, estudou um largo plano de estudos, que vem sendo executado há mais de dois anos.

Esse plano compreende:

- a) o estudo do vocabulário pre-escolar, para fins de esclarecer problemas de psicologia genética, em nosso meio, isto é, a evolução da linguagem desde dois até seis anos;
- b) o estudo do vocabulário da criança de 7 e 8 anos, para fixação de padrões para os livros escolares iniciais;
- c) o estudo do vocabulário final do curso primário;
- d) o estudo, enfim, do vocabulário médio do adulto.

O primeiro e o último desses estudos, verdadeiros pontos de referência para os demais, estão em fase final. O primeiro está entregue, numa grande parte, à professora Heloisa Marinho. O último, que exigiu a tabulação e análise de meio milhão de palavras, foi todo ele feito na Secção de Psicologia Aplicada no I.N.E.P.

Vale a pena uma notícia mais circunstanciada sobre este importante trabalho, que virá aclarar muitos pontos do uso da língua nacional, prestando-se assim para fundamentar uma melhor orientação do ensino do português em nossas escolas, como também para o ensino do português usual, digamos assim, no estrangeiro.

Tomaram-se 13 amostras diversas, compreendendo cada uma mais ou menos 40 mil palavras: livros de literatura, de técnica, de economia doméstica, de modas, publicações periódicas diversas e, por fim, jornais diários.

Foram marcadas a lapis de cores diferentes todas as categorias de palavras. Depois, por um engenhoso trabalho de listas e fichas, marcadas para cada palavra as vezes que aparecia em cada amostra e, portanto, no conjunto.

Também foram verificadas as categorias de palavras, sua ordem alfabética e, em relação aos verbos, os modos e tempos em que aparecem.

Um trabalho realmente completo, muito minucioso.

INTERESSANTE ESTUDO SOBRE O LIVRO

"DOM CASMURRO", DE MACHADO DE ASSIS

Pensa o I.N.E.P. em fazer publicar o resultado deste trabalho ainda no corrente ano. E em relação a uma das amostras, o livro "DOM CASMURRO", de Machado de Assis, podemos dar já aqui algumas indicações preciosas que colhemos em nossa visita.

Machado de Assis empregou nesses livros um total de 41.648 vocábulos, usando apenas 3.527 palavras diferentes.

Entre elas estão: substantivos, 9.524; adjetivos qualificativos, 2.620; advérbios, 2.072; verbos, 11.186; artigos, adjetivos demonstrativos, preposições e conjunções 26.246.

Os artigos atingem a 5.909; as preposições a 6.869; as conjunções a 3.885. Os pronomes pessoais, em caso oblíquo, são 2.385.

As palavras de inicial *c*, *m* e *p* são as mais representadas, o que, aliás, está de acordo com a frequência no próprio léxico da língua.

O verbo *ser* aparece 1.631 vezes; o verbo *ver* 200 vezes; o verbo *ter*, 962 e o verbo *estar* 224.

O VOCABULÁRIO ESCOLAR INICIAL

A investigação sobre o vocabulário escolar inicial exigiu um trabalho preparatório, sob base diversa. Foram estudados os termos de três dicionários da língua, e levantadas listas de palavras julgadas comuns por uma comissão de professores de ensino primário. Para ver-se logo como os professores excedem a medida da capacidade de aprendizagem das crianças bastará dizer que essas listas acusam dezoito mil palavras, quando um adulto normal, de cultura média, só se utiliza de duas a três mil palavras.

XXII

Sensações alheias

NÃO alcancei mais nada, e para o fim arrependi-me do pedido: devia ter seguido o conselho de Capitã. Então, como eu quizesse ir para dentro, prima Justina reteve-me alguns minutos, falando de calor e da proxima festa da Conceição, dos meus velhos oratorios, e finalmente de Capitã. Não disse mal della; ao contrario, insinuou-me que podia vir a ser uma moça bonita. Eu, que já a achava lindissima, bradaria que era a mais bella criatura do mundo, e receio me não fizesse discreto. Entretanto, como prima Justina se mettesse a elogiar-lhe os modos, a gravidade, os costumes, o trabalhar para os seus, o amor que tinha a minha mãe, tudo isto me accendeu a ponto de elogial-a tambem. Quando não era com palavras, era com o gesto de approvação que dava a cada uma das asserções da outra, e certamente com a felicidade que devia illuminar-me a cara. Não adverti que assim confirmava a denuncia de Jo-

Machado de Assis, como vimos, usava menos de quatro mil no "Dom Casmurro". E não se pode dizer que Machado não conhecesse a língua...

Por aproximações sucessivas, o I.N.E.P. reduziu a lista a 2.800 palavras, organizando, assim, um vocabulário de base, sem nenhum valor como resultado, mas de grande alcance como base de pesquisa.

Essa lista foi em cadernos, com margens amplas e espaços para anotações. Pediu o I.N.E.P. aos departamentos de educação nos Estados a organização de comissões estaduais, para a extensão da pesquisa a todo o país, o que vem sendo feito agora.

As comissões já organizadas são as seguintes:

São Paulo :

Professores Anísio Novais, Alberto Conte e Alvaro Ferreira Bueno;

Paraná :

Dr. Hostílio Cesar Araujo e professores Erasmo Piloto e Raul Viana;

Santa Catarina :

Professores Antonieta Barros, Salvio Oliveira e Julieta Torres Gonçalves;

Pernambuco :

Professores Maria do Carmo Ramos Pinto Ribeiro, Maria Novais e Maria Leticia Andrade Lima;

Rio Grande do Norte :

Presidente : Antonio Fagundes, diretor de Educação e professores Manuel Varela, ensino normal e José Saturnino Paiva, ensino primário;

Sergipe :

Presidente : Professor Acrísio Cruz, assistente técnico do Departamento de Educação, e Professor José Calazans Brandão da Silva e Julia Teles da Costa;

Paraíba :

Professor Francisco Sales Albuquerque, Alcides Candido Lacerda Lima e João Cunha Vinagre;

Rio Grande do Sul :

Presidente : Olga Acauan Gayer, Diretora geral de Instrução, e Professora Marieta Cunha Silva, Graciema Pacheco e Ida Silveira;

Goias :

Presidente : Belisaria Costa Campos, Departamento de Educação, Professoras Floraci Artiga Mendes, Escola Normal Oficial e Julieta Fleury Silva e Souza, diretora do Grupo Escolar "Modelo";

Maranhão :

Luiz Rego, Diretor Geral de Instrução e Professoras: Maria do Carmo Teixeira, Diretora da Escola de Professor Primário e Odixe Estrela Cerveira, orientadora de ensino;

Mato Grosso :

Presidente : Francisco Mendes, Diretor de Instrução e Professora Alina Nascimento Tocantins, Diretora da Escola Modelo Barão de Melgaço e Normalista Heloisa Guilhermina Silva Molinari, professora didática do curso de especialização do Colégio Cuibano;

Rio de Janeiro :

Presidente : Dr. Antonio Paulo Soares de Pinho, oficial administrativo "N", e Prof. Hugo Antunes, professor de Psicologia da Escola de Professores do Instituto de Educação, e Profa. Isaura Ernestina de Lima e Cirne, professora no Grupo Escolar "Joaquim Tavora";

Amazonas :

Prof. João Crisostomo de Oliveira, Inspector Escolar; Zulmira Uchôa Bittencourt, Professora de Pedagogia do Instituto de Educação, e Profa. Lindalva Chixaro Lins, Diretora do Grupo Escolar;

Piauí :

Presidente : Prof. Maria de Lourdes Martins Rego Monteiro, Diretora da Escola Normal Oficial; Julia Gomes Ferreira Veigas, Diretora da Escola Modelo Artur Pedreira; e Maria do Carmo Couto, Diretora do Grupo Escolar Miguel Borges;

Pelas comissões referidas, será verificado o vocabulário das crianças de duas mil escolas, em todo o país.

A verificação tem por fim : confirmar as palavras conhecidas pelas crianças de 7 e 8 anos; eliminar as palavras não conhecidas; acrescentar as palavras de uso regional, não constantes da lista; assim também as de uso frequente, embora não regional.

Por essa forma, terá o I.N.E.P. um rico material, pelo qual poderá influir, não só na feitura de livros didáticos bem adequados ao ensino primário, como também o material indispensável para organizar testes de inteligência que possam ser aplicados em todo o território nacional.

Dele se tirarão ainda subsídios para o estudo de geografia linguística, de folclore, de influências de colônias estrangeiras na linguagem comum.

No prefácio do caderno de investigação, que está sendo remetido aos Estados, o diretor do I.N.E.P. assim sintetiza o alcance e o valor da investigação :

"O problema do vocabulário infantil de uso médio em diferentes idades é daqueles cuja solução se impõe, como providência fundamental, para maiores pesquisas relativas aos níveis de de-

envolvimento mental e à variação de interesses na infância; igualmente necessária se apresenta ela para estudos de aplicação à boa metodologia da leitura e da escrita, e à organização de livros didáticos. Em país tão vasto como o nosso, onde variadas circunstâncias levam as populações a diferenciarem o idioma, razões de ordem nacional acrescem para que o problema mereça atenção toda especial.

Por tudo isso, vem este Instituto realizando esforços no sentido de propor a questão aos educadores de todo o país, com a colaboração dos quais deseja, dentro de algum tempo, ver alcançados, senão resultados perfeitos, ao menos aqueles mais aproximados e que a melhores estudos, de futuro, possam conduzir.

Três investigações conexas estão iniciadas para a determinação do vocabulário infantil: uma, referente ao vocabulário pré-escolar, ou seja o das crianças de 4 a 6 anos, e cujo interesse é, principalmente, o de assinalar as fases de evolução da linguagem nas primeiras idades, para fins de estudos da psicologia evolutiva; outra, do vocabulário de crianças no início da idade escolar, pela qual se procurará determinar o contingente de símbolos verbais com o qual possa contar o ensino primário elementar; outra, enfim, relativa à possível diferenciação de aquisição e compreensão verbal, no decurso dos estudos primários, de não menor interesse em diferentes aplicações pedagógicas.

Investigação à parte, e como que necessária ao controle geral das acima indicadas, este Instituto está também realizando, com relação à linguagem escrita de uso comum do adulto. Para este fim, tomaram-se amostras variadas, em obras literárias e de cunho popular, e em jornais e revistas, num total de 500 mil vocábulos, e cuja verificação de frequência vai muito adiantada. Esta última apresenta especial interesse à elaboração de provas de nível mental do adulto e à de provas objetivas para fins de orientação e seleção de pessoal, além de representar contribuição não de desprezar-se para os estudos linguísticos, em geral, e subsídio para o ensino do português nos países estrangeiros.

O presente caderno oferece uma lista de palavras organizada depois de paciente estudo, na Secção de Psicologia Aplicada, deste Instituto, como contribuição preliminar para a determinação do *vocabulário médio da criança brasileira entre 7 e 8 anos de idade*, isto é, a idade inicial do curso primário regular. Relação preliminar, ela se destina a servir de núcleo à investigação, que agora se quer estender, por intermédio de escolas em vários pontos do território nacional. Com a técnica muito singela, que vai descrita a seguir, solicita assim este Instituto aos professores primários e, em especial aos das escolas anexas aos institutos de formação de professorado, a sua contribuição para que, enfim, se venha

a coletar o material necessário à determinação desejada, e a estudos de variação regional, que esse material também tornará possível.

Sobre os resultados expressamente declarados, há, da parte deste Instituto, a intenção de suscitar, também, por meio desta investigação, relativamente simples, o gosto do estudo objetivo da psicologia da criança, apenas iniciado nalguns dos maiores centros do país.

Aos professores das especialidades técnico-pedagógicas das escolas normais, grande ou pequenas, dos maiores e dos menores centros, endereçamos este apelo, certo de que há de encontrar a repercussão desejada. As escolas normais não cabe apenas a tarefa de transmitir conhecimentos, princípios e regras relativas ao ensino, a que autores ou investigadores de outros países tenham chegado, e que possam apresentar validade em aplicações de caráter universal. A elas deve caber, especialmente, a missão de se constituírem em núcleos vivos da *criança brasileira*, tão mal conhecida ainda no seu desenvolvimento físico, mental e social. E, no entanto, é para educação dessa criança, assim desconhecida, que se preparam os nossos mestres; com ela é que terão eles de entender-se; sobre elas e o seu destino é que deverão influir, no sentido da elevação e do aperfeiçoamento de nossa cultura.

Com a presente investigação deseja este Instituto como que alistar os voluntários, dispostos a cooperar nessa obra de importância fundamental para a boa técnica do ensino, e da mais alta significação patriótica. Como é fácil perceber, todo um largo programa de trabalho, de alcance pedagógico e de alcance nacional, poderá ser desenvolvido por essa forma, e a ela, certamente, não faltará da parte do magistério o seu decisivo apoio.

Em fevereiro de 1942.

LOURENÇO FILHO

(Diretor do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos)

NO CAMPO DA ORIENTAÇÃO E DA SELEÇÃO PROFISSIONAL

A Secção de Orientação e Seleção Profissional é chefiada pelo Prof. Jacyr Maia, que tem a auxiliá-lo a professora Elisa Dias Veloso e um grupo de calculistas e escrivães.

Seu trabalho é quase todo de colaboração com a Divisão de Seleção do D.A.S.P., muito embora realize outros estudos próprios da educação.

— Que faz a secção, em relação aos concursos do D.A.S.P.?

Pude verificar todos os serviços em curso e, bem assim, os arquivos da secção, com os esclarecimentos de seus funcionários. Ali são estudadas todas as carreiras de funcionários e séries de extranumerários. Esse

estudo é feito, para a colaboração pedida pelo D.A.S.P., da seguinte forma:

- a) caracterização da carreira ou função, pelo seu nível, grau de cultura geral, aptidões especiais, preparo especializado;
- b) tipos normais de serviço, em cada uma; ambiente de trabalho; gênero de relações no trabalho e com o público;
- c) condições de saúde, idade, com particular atenção aos casos de contraindicação, quanto a deficiências sensoriais, amputações, deformações, estatura, constituição, etc.

Os dados para esse estudo são colhidos, primariamente, por questionários enviados a chefes de serviço; por informações colhidas de profissionais considerados como dos mais habéis e capazes, enfim, por estudo de laboratório e por visitas aos locais de serviço.

Levanta-se, então, uma ficha, com todos os característicos da carreira e condições desejáveis dos candidatos. Estabelece-se o plano de seleção, tendo-se em vista também os cursos existentes, se assim for o caso, e o "mercado de trabalho". Este último ponto é dos mais inte-

ressantes, pois deverá indicar a média provável de cultura e especialização dos candidatos, para que, por ela, firme o critério de seleção. Outras vezes até caracteres físicos. Ocorrem casos muito interessantes, a este respeito. Foi assim, por exemplo, para certa carreira, em que se exigiu estatura mínima de 1,70. Iniciados os exames, logo se percebeu que a média dos candidatos que se ofereciam não chegava a ter, na mais alta percentagem, se medidos em pé, a estatura desejada. A medida passou a ser feita sobre a mesa antropométrica, com cada candidato deitado. O déficit quase constante de meio centímetro era assim preenchido.

Certos casos referentes à visão cromática, à própria acuidade visual geral, estão sendo permanentemente estudados e reverificados, segundo os resultados de cada concurso.

Igualmente isso se dá, também, com os testes de nível mental e aptidão, elaborados pelo I.N.E.P., para cada carreira.

Essas provas, após cada concurso, sofrem um tratamento estatístico rigoroso, chegando a minúcias da verificação do valor de cada questão, de cada pergunta, de cada item do teste. Às vezes é pesquisada também a posição ou ordenação das diferentes partes de uma prova.



SECÇÃO DE ORIENTAÇÃO E SELEÇÃO — Como são impressos em mimeógrafo os testes para os concursos do D.A.S.P., conferidos cuidadosamente atim de evitar-sereclamação, quanto a qua'quer deficiência do material apresentado

o seu tempo ótimo de execução, e de sua apresentação mimeografada ou impressa.

O grande público está longe de supor o rigor de análise científica que ali se obtém, como tive ocasião de apreciar, detidamente.

Assim, para cada prova, obtém-se, antes de tudo, os índices de variabilidade, ou seja, a maneira pela qual os diferentes candidatos se assemelham ou se diferenciam nos resultados que conseguem. Um certo grupo apresenta sempre resultados mais frequentes, mais constantes, na escala de medida que o teste representa. Assim, se são cem os pontos do teste, e mil os candidatos, normalmente cerca de dois terços se localizam pelos resultados entre 34 e 66 pontos, digamos. Os demais valores ficam menos representados, tanto para cima, como para baixo. Por isso, segundo o cálculo estatístico que então se faz, apuram-se os "índices representativos" do grupo em exame.

Esses índices são a média, a mediana, a moda, que marcam, respectivamente, o valor da média aritmética dos resultados obtidos; o valor central, o centro da variação apresentada; enfim, a moda é o valor mais frequente, ou aquele em que se acumularam maior número de candidatos.

Se estes três índices coincidem ou estão entre si muito próximos, a curva de frequência que se desenha é uma curva normal, tendo o aspecto do perfil de um sino. A curva é simétrica, permitindo dizer que todos os valores se representaram bem, e que, por ela se obteve um grupo representativo do atributo que se quis medir.

Fixada a medida, ponto importante do estudo, calcula-se o desvio padrão, isto é, a variação para cima e para baixo, representando uma possível oscilação de erro. E obtém-se, assim, as normas para habilitação ou inhabilitação dos candidatos, segundo o tipo do teste o do concurso para o qual se realiza.

E' importante acentuar que não há, portanto, na aplicação dos testes, nenhum arbítrio. Os resultados são dados, digamos assim, pela média das forças do próprio grupo de pessoal que entra em cada prova. Os melhores são aceitos; os que representam, em média 16 % nos pontos mais baixos da escala, são rejeitados.

Mas isso ainda não basta. Será preciso verificar se o teste está medindo realmente o que se quer medir. Para isso, realizam-se outros cálculos, de associação ou de correlação, entre os resultados de várias provas e mesmo, quando se justifique, entre os resultados dos testes e o resultado do trabalho dos indivíduos classificados. Assim, se os melhores classificados nos testes são realmente os melhores no trabalho, e os piores neste, também os piores no teste, pode-se afirmar que o teste mediu o que pretendia medir.

O trabalho de análise estatística envolve a tabulação, o cálculo, para a determinação dos vários índices e a interpretação final.

Para que se avalie a soma de trabalho no exame de algumas provas, bastará dizer que exigem, às vezes, o registro de frequência de cem mil, duzentos mil, trezentos mil resultados... Tem havido concursos com quatro e cinco mil candidatos. Sendo cem as questões do teste empregado, por exemplo, só aí teremos 400 mil registros a tabular, para perfeita análise dos resultados.

O I.N.E.P. ATENDE AOS "S.O.S." DOS CANDIDATOS INDECISOS E AFLITOS

A Secção de Orientação e Seleção (S.O.S.) é também incumbida de orientar candidatos quando não tenham idéias definidas para a escolha de uma profissão ou carreira no funcionalismo.

Essa orientação é feita por uma entrevista com o candidato, algumas vezes seguida de provas psicológicas.

Parte do material dos concursos é na referida secção manipulada, com o mais rigoroso sigilo e controle. Nos dois últimos anos foram preparados 13.980 folhetos de provas e 21.875 folhetos de divulgação técnica, perfazendo tudo 188.875 folhas impressas.

Seria interessante ouvir o professor Jacyr Maia sobre as conversas que entretém com os candidatos a concursos que desejam orientar-se nos estudos afim de se submeterem com segurança às provas futuras.

Antes de procurar o técnico que dirige a S.O.S., passei pela Divisão de Seleção, a cargo do simpático Dr. Astério Dardeau Vieira. Não pretendia de forma alguma tomar-lhe o tempo, sempre precioso, sobretudo para quem, como ele, precisa ver diariamente um mundo de coisas, tomar providências rápidas e decisivas sobre o andamento dos numerosos concursos e provas de habilitação que sua divisão promove.

Fiquei junto ao balcão da secção que recebe inscrições de candidatos e lhes fornece todas as informações precisas para isso.

Não perdi meu tempo.

As moças que vão inscrever-se em concursos mostram-se mais firmes e resolutas. Os rapazes, não. Verifiquei que alguns escolhem a carreira funcional sem revelar muita convicção... A atitude é a mesma que adotam quando passam pela Cinelandia, ao "assuntar" os cartazes.

— Olhe, moço, qual é a "grana" daquele ali?

— Um conto e tresentos para começar.

— Demora o concurso?

— Daqui a dois meses.

(Esse concurso é de diplomata).

— Bem, e esse aqui, quando começa?

— Prá semana.

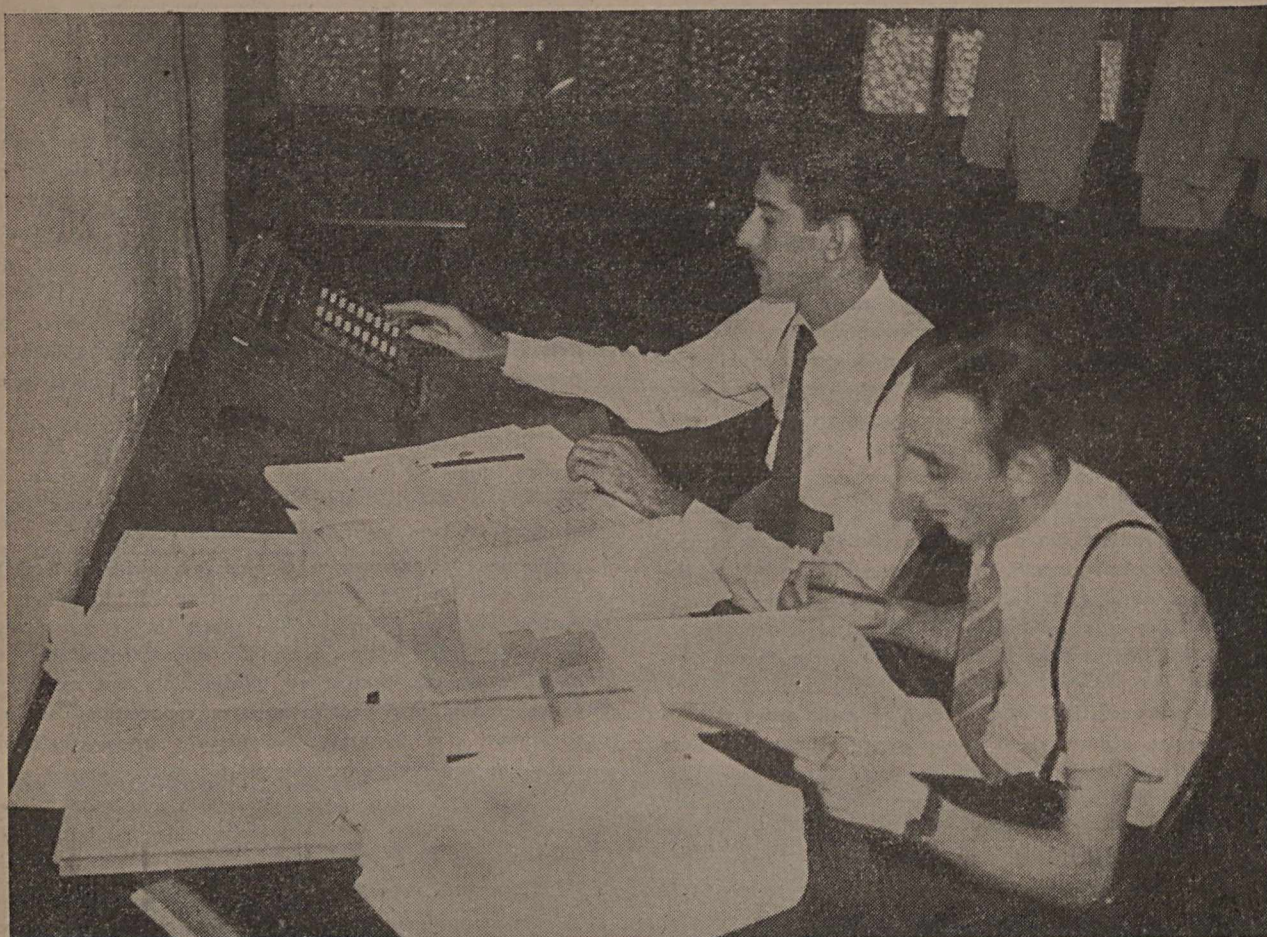
— Serve. Obrigado.

(Esse concurso é de auxiliar e praticante de escritório, de 400\$000).

E o nosso herói, por não querer esperar dois meses, renuncia à carreira diplomática com todos os seus proventos, em embaixadas luxuosas de Londres ou Washington... E um dos funcionários da Divisão de Seleção me adiantou que já tem visto renúncias maiores, com a troca por exemplo do cargo de diplomata ou técnico de administração pelo de servente...

Essa incompreensão ou, melhor, essa ligeireza desses candidatos maravilhosos só revela desconhecimento completo do que seja um concurso ou uma prova de habilitação.

Mostraram-me o nome de um deles que já se inscreveu em todos os concursos realizados pelo D.A.S.P. Esse procura descobrir o "mel de pau", isto é, um se-



SECÇÃO DE ORIENTAÇÃO E SELEÇÃO — Os testes de nível mental e aptidão sofrem no I.N.E.P. cuidadoso estudo estatístico, pelo qual se apuram índices e normas, possibilitando julgar da capacidade dos candidatos aos concursos do D.A.S.P.

greco ou mandinga que lhe possibilite entrar fagueiramente na burocracia nacional.

Mas a grande maioria não é assim. Geralmente o candidato inscrito num concurso vive preocupado e nervoso. Quer saber qual é o programa; compra livros muitas vezes desnecessários; inscreve-se em cursos, atraído apenas pelo tamanho dos anúncios publicados nos jornais; assusta-se com a numeroa concorrência, que considera prejudicial, por lhe minguar as possibilidades de êxito; deseja sair da aflição contando os dias para o início da primeira prova, mas, por outro lado, receia não ter tempo de firmar-se em tal ou qual matéria; deixa-se levar pelas informações pessimistas daqueles que já fracassaram em concurso semelhante; lembra-se da percentagem de reprovações e aflige-se por saber que vai disputar o lugar ao lado de candidatos portadores de títulos ou, melhor, doutores, sem considerar, entretanto, que muitas vezes não chegam a ser doutos... (Assim é que, no primeiro concurso para estatístico auxiliar, o primeiro lugar coube a um cabo do Exército, e no qual estavam inscritos alguns doutores). Enfim, a falta de orientação quanto às matérias a estudar, tira-lhe a confiança em si próprio. E, tudo isso somado, completa perfeito e acabado suplício de um candidato a concurso ou prova de habilitação.

E, no entanto, não há absolutamente razão para isso. Há no I.N.E.P. um técnico que sabe guiar os candidatos hesitantes e tirá-los desse mal-estar. Sua ação assemelha-se à de um guia que se incumbe de fazer passar em noite escura um viajante, por extensa e velha ponte, toda esburacada, e que ele desconhece por completo.

Vai-lhe dando a mãozinha o guia precioso, dizendo-lhe:

— Pode pisar aqui. Não! não! aí é perigoso! Prá cá, meu filho! Preste bem atenção, porque depois, na volta, não lhe posso dar mais a mãozinha. Não se esqueça dos buracos, senão você cai nágua.

Pois bem: na Secção de Orientação o professor Jacyr Maia é esse guia precioso, que não deixa fracassar o candidato hesitante.

No seu posto ele atende aos "S.O.S.", que, por sinal, são as iniciais da Secção de Orientação e Seleção, de que é chefe. Aí é que se preparam as provas de nível mental e aptidão. O que a observação tem verificado é o seguinte: todos os candidatos que nessas provas fracassam também são reprovados nas demais, de conhecimentos gerais.

E, no entanto o julgamento das provas de nível mental e de aptidão é feito à revelia das demais!

Praticamente, todos os candidatos considerados insuficientes pela prova mental obtêm notas baixas na outra de conhecimentos gerais. O professor Jacyr Maia está elaborando um trabalho nesse sentido e que será publicado mais tarde.

No fim desta reportagem resolvi incluir a relação de livros aconselhados para diversos concursos.

SERVIÇO DE BIOMETRIA MÉDICA

Ainda para a seleção dos candidatos a concursos, mantém o I.N.E.P. um serviço de Biometria Médica, o qual é chefiado pelo Dr. A. avião onzaga, médico sanitário, e se compõe dos Drs. Eduardo Tinoco, Décio Olineto, Pedro Carneiro, Alcebiades Costa, Saraiva Vieira, Joaquim Azevedo Barros, Plínio Olineto, Evaldo Carneiro da Cunha, Murilo Bastos Belchior, Floduardo Sampaio, Argos Amaral, Ary Martins, Alvaro Osorio, Theobaldo Viana, Delmar da Silva, Jorge de Carvalho e João Juliano, além do Dr. Eurico Rangel, especialista embio-estatística.

O S.B.M. está, atualmente, em acanhado espaço, mas, ainda assim, vem prestando, em tempo e hora, os serviços solicitados pela Divisão de Seleção do D.A.S.P. Realiza os exames completos de 60 candidatos, em média, por dia, além de re-exames, quando necessários.

Os exames de raio X estão sendo feitos ainda com a colaboração do Centro de Saúde n. 1, da Prefeitura do Distrito Federal, mas, dentro de pouco, disporá o Serviço de completas instalações para esse fim, bem como de laboratórios de análise clínica, os mais perfeitos.

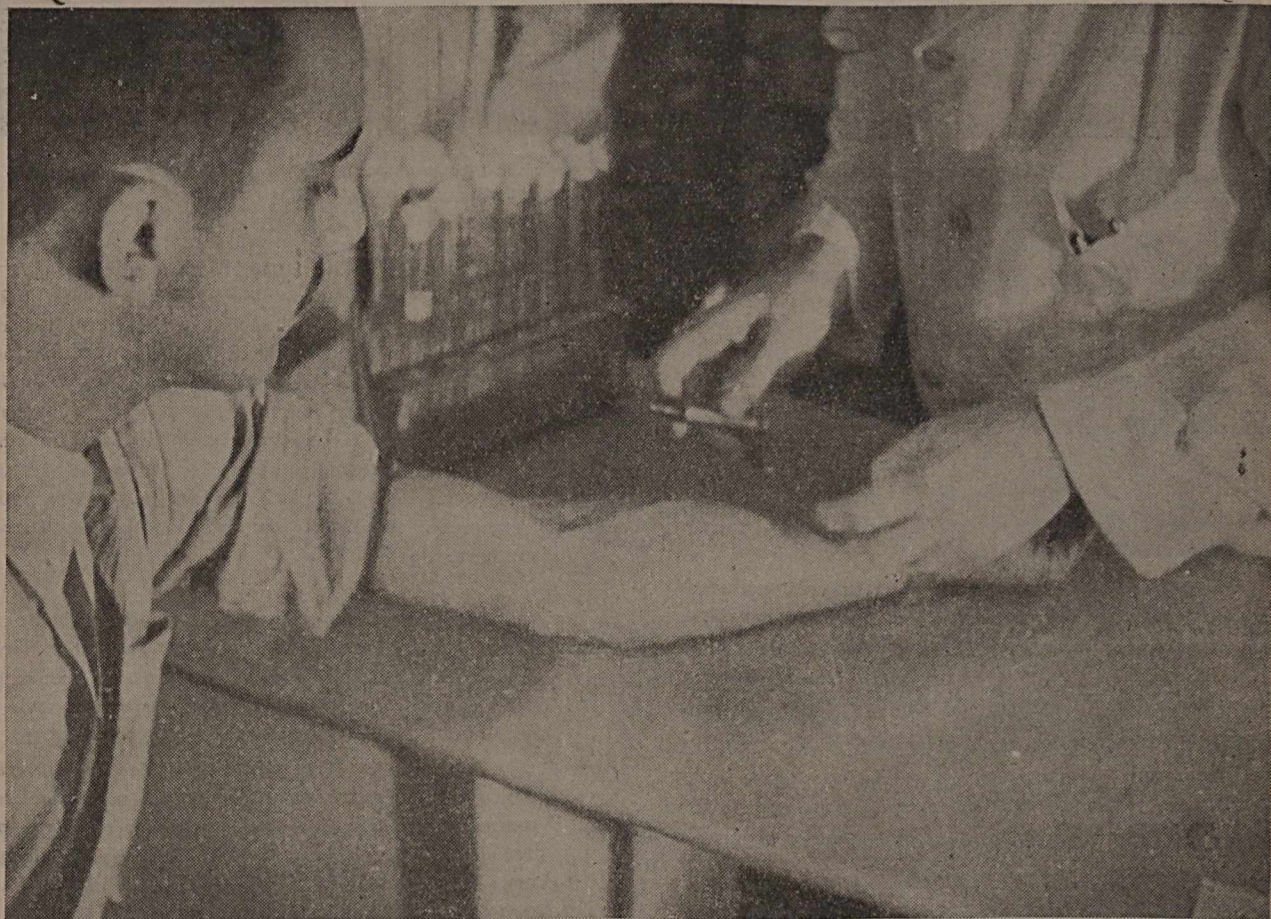
A aparelhagem, que está sendo instalada em dependências do Hospital dos Servidores do Estado, por determinação do D.A.S.P. será das mais completas no gênero, entre nós, segundo verificamos.

De outubro de 1938, a dezembro de 1941, o Serviço de Biometria Médica examinou 21.435 candidatos a concursos e provas de habilitação.

Foram feitas 19.920 Abreu-grafias e 1.506 radiografias torácicas; 21.278 pesquisas de elementos anormais da urina; e 3.393 reações sorológicas para verificação de sífilis, e 195 outros exames, como de líquido, tuberculina, etc.

— Este Serviço, explica-nos o Dr. Gavião Gonzaga, não examina apenas a saúde e a capacidade física requeridas para cada carreira do serviço público. Orienta todos os candidatos que necessitam de correção e tratamento de saúde, expedindo fichas de orientação, com o diagnóstico e os conselhos médicos adequados.

Ora, isto tem um grande alcance médico social e educacional. Desde a criação do Serviço, até esta data foram entregues mais de mil fichas dessa natureza.



SERVIÇO DE BIOMETRIA MÉDICA — Retirada de sangue de um candidato a concurso para pesquisa de sífilis indispensável à garantia da saúde do futuro funcionário e também de sua prole



SERVIÇO DE BIOMETRIA MÉDICA — Um dos médicos do Serviço, medindo a pressão arterial de um candidato. A pressão arterial é índice importante das condições do aparelho circulatório

Não é raro que candidatos inhabilitados por saúde em determinado concurso, aceitem a orientação, e voltem em outro concurso em condições favoráveis, sendo, então, habilitados.

É muito importante, igualmente, salientar o valor de diagnósticos precoces, às vezes, de moléstias graves. Nosso povo não tem o hábito dos exames periódicos de saúde. Os candidatos a concursos, muitas vezes, tomam conhecimento dos perigos que ameaçam a sua saúde, em tempo de se prevenirem.

O S.B.M. tem cooperado também para exames de readaptação, como ocorreu em relação a Imprensa Nacional, para a qual levantou o cadastro de saúde de 940 servidores. Desses foram readaptados 17; licenciados para tratamento 116; e aposentados 52, em virtude da administração ter levado em conta os resultados dos exames.

Com as novas instalações, o Serviço ficará aparelhado para maior número de exames, podendo elevar a 200 o total de pessoas a examinar por dia.

O Serviço realiza pesquisas sobre o material que vai acumulando, principalmente no sentido de firmar normas, tão exatas quanto possíveis, para o critério de habilitação e de inhabilitação de candidatos.

Do Serviço de Biometria Médica já publicou o I.N.E.P., os seguintes trabalhos: "Incidência da sífilis nos candidatos às carreiras e funções públicas"; "Capacidade visual nas carreiras e funções públicas"; "Contribuição ao estudo da pressão arterial no adulto"; e "Incidência da tuberculose nos candidatos a funções públicas".

Para dar uma idéia do valor científico dos trabalhos do S.B.M., transcrevemos abaixo a introdução do trabalho "Capacidade visual nas carreiras e funções públicas", elaborado pelo Dr. Joaquim de Azevedo Barros, oftalmologista do I.N.E.P.:

"Em pouco mais de dois anos de trabalho no Serviço de Biometria Médica do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, examinamos, como especialista em olhos, ouvidos, nariz e garganta, mais de quinze mil candidatos a cargos e funções públicas.

Reverendo as principais causas de inhabilitação, muito nos surpreendeu verificar que na maior percentagem dos casos, a inhabilitação, foi motivada por doenças e alterações oculares. Entre estas, a que mais contribuiu para a recusa de candidatos, foi a deficiência de acuidade visual central.

Não havendo ainda tabelas que estabeleçam padrões uniformes para se aquilatar da capacidade vi-

sual total mínima, indispensável ao desempenho eficiente das diversas carreiras e funções públicas, resolvemos organizar tabelas com bases de apreciação que permitam fixar o mínimo exigido para qualquer caso.

A finalidade que também nos move a publicar o processo usado pelo Serviço de Biometria Médica para a avaliação do mínimo exigido de capacidade visual, é a vantagem que decorre do conhecimento prévio dessas exigências, principalmente para os candidatos aos concursos e provas de habilitação.

Com a divulgação deste novo método, que denominamos *determinação da capacidade visual total e dos mínimos exigidos dessa capacidade*, os interessados poderão consultar, se assim o desejarem, especialistas de sua escolha, antes mesmo do exame regulamentar, ficando, portanto, desde logo orientados quanto às suas possibilidades em relação à capacidade visual.

A aptidão profissional, em geral, está na dependência dos seguintes fatores (Magnus e Von Ammon):

1.º — integridade das aptidões funcionais dos diversos órgãos corporais;

2.º — habilidade e conhecimentos técnicos que o indivíduo deve possuir para o exercício de uma profissão;

3.º — capacidade de concorrência do indivíduo no mercado de trabalho.

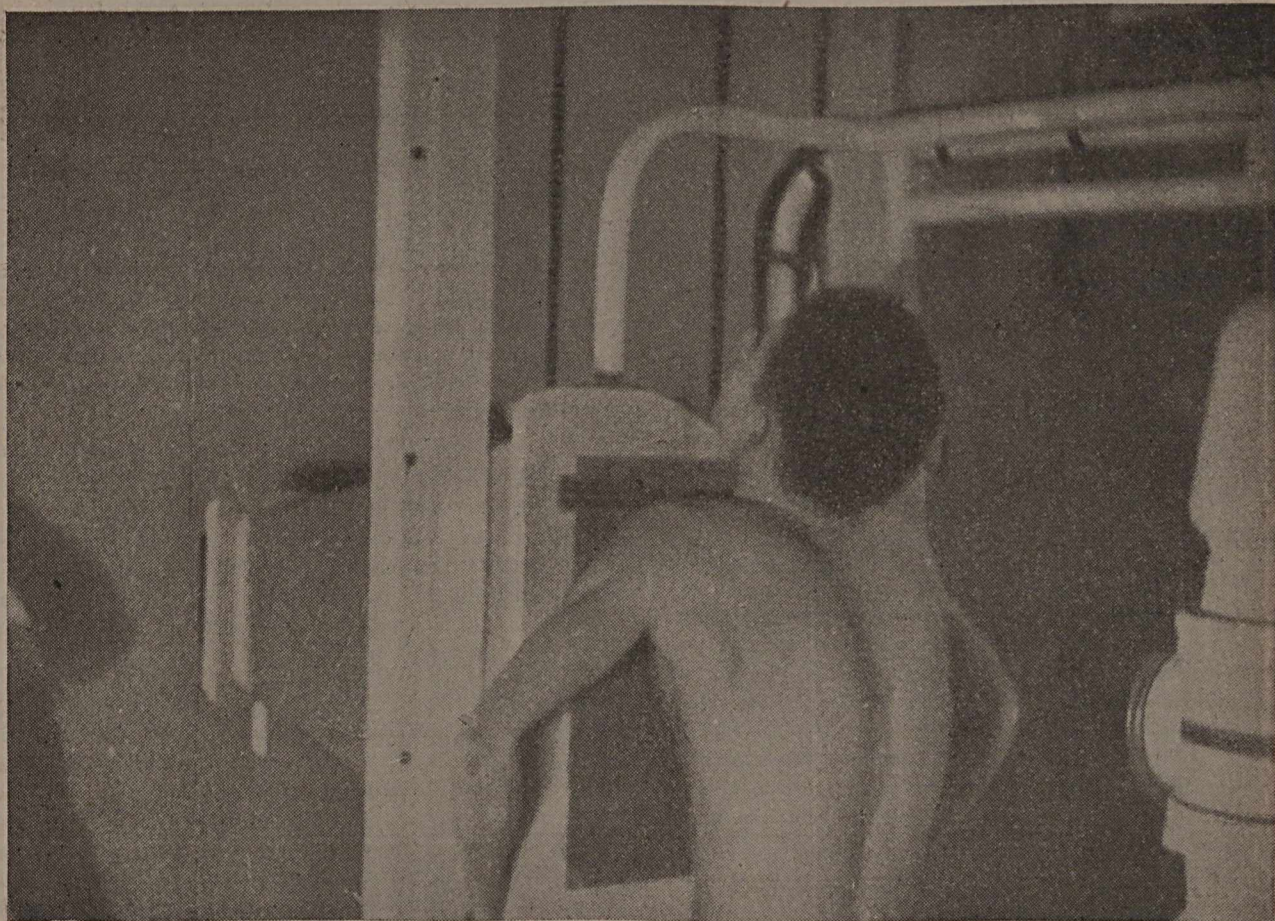
Em resumo, a aptidão profissional de um indivíduo é a resultante de sua capacidade física, intelectual e de concorrência, que lhe permita mais eficiente exercício de sua profissão.

No presente trabalho nos ocuparemos da capacidade visual nas diferentes carreiras e funções públicas.

Propomos que a capacidade visual total, parte importante da capacidade física, seja baseada sobre os seguintes elementos essenciais: *acuidade visual central, campo visual e visão binocular*.

A *capacidade visual total* será, assim, constituída pela associação da capacidade visual central, periférica e de relevo ou binocular.

Os diferentes fatores que podem influir na capacidade visual total, atingindo esta ou aquela propriedade, acham-se resumidos a seguir.



SERVIÇO DE BIOMETRIA MÉDICA — Um candidato a concurso do D.A.S.P. sendo submetido a exame dos pulmões e do coração pelo Raio X, segundo o processo Manoel de Abreu



SERVIÇO DE BIOMETRIA MÉDICA — Um dos médicos do Serviço, procedendo ao exame clínico dos pulmões de uma candidata a concurso

CAPACIDADE VISUAL TOTAL DEPENDE DE :	A	Acuidade visual central	a) Transparência dos meios refringentes do globo ocular;
		(nitidez da imagem)	b) Integridade da mácula; c) Integridade das vias nervosas condutoras e receptoras;
		Campo visual	a) Transparência dos meios refringentes;
		(Volume da imagem)	b) Estado normal da periferia da retina; c) Integridade das vias nervosas condutoras e dos centros cerebrais;
		Visão binocular (propriedades estereoscópicas da imagem)	a) Correspondência das imagens em pontos homólogos da retina.

A capacidade visual total será representada por algarismos traduzindo percentagens, de acordo com as tabelas que organizamos para o Serviço de Biometria Médica.

Alem destes elementos, devemos também considerar a visão cromática, ou capacidade de distinguir as diferentes cores do espectro, conforme veremos adiante.

AVALIAÇÃO DA ACUIDADE VISUAL CENTRAL

Adotamos, no Serviço, o processo à distância (de longe) para a avaliação da capacidade visual central,

julgando desnecessária a verificação para perto, uma vez que, no caso, há correlação entre as duas. Este fato, no entanto, não impede que a visão para perto seja verificada e assinalada sistematicamente nas nossas fichas, para melhor documentação e ulteriores estudos.

E' óbvio que a capacidade visual é sempre verificada com a devida correção tratando-se de portadores de vícios de refração.

Nas carreiras e funções nas quais o uso de óculos é desaconselhado, são baixadas instruções orientando os candidatos quanto a essa exigência, por ocasião das inscrições nesses concursos.

Podemos definir a *visão central* (ou visão fisiológica central) como sendo a agudeza visual macular que o indivíduo possui. Ela é expressa por uma fração cujo numerador corresponde ao número de metros que separam o candidato do quadro de leitura (de preferência seis metros) e o denominador refere-se ao número que indica a distância na qual as letras menores, impressas no quadro, deveriam ser lidas pelo examinado.

Se a acuidade visual central é normal, sua agudeza visual é de 6-6—1: Assim, a visão fisiológica central máxima, também chamada acuidade visual central normal, é anotada pelo sinal v—1, o que corresponde a uma capacidade visual central de 100 %, por não haver perda alguma de visão central.

Quando a visão fisiológica central de ambos os olhos não alcança a unidade, é lógico que a capacidade visual central também diminua de uma maneira proporcional à acuidade visual.

Exemplo: um indivíduo tem no olho direito 2/3 de visão fisiológica e, no olho esquerdo, 1/6; a sua capacidade é de 79 % a 82 %, pois houve, globalmente, uma perda de 21 % a 18 % de visão central. Para melhor compreensão consultar o Quadro III.

Chama-se *cegueira fisiológica central* a baixa acentuada de visão, a ponto de o indivíduo ter, no máximo, sensação luminosa. Isto é expresso pelo sinal v—0.

A tabela que se segue nos dá a capacidade visual central, ao contrário das congêneres, que se referem sempre à perda visual. O cômputo da soma da capacidade visual central, periférica e binocular, isto é, a *capacidade visual total*, é que influe no juízo final do exame ocular.

AVALIAÇÃO DA CAPACIDADE PERIFÉRICA DA VISÃO

Chama-se *campo visual* a parte do espaço que um ou os dois olhos podem perceber em estado de imobilidade.

Quando um olho fixa um ponto qualquer do espaço, a imagem desse ponto é percebida pela porção mais central e sensível da retina, ou mácula; o resto da retina, porém, também percebe e capta, simultaneamente, imagens visuais de outros pontos mais ou menos próximos, embora com menos nitidez e exatidão. Toda essa porção do espaço alcançada pela visão da mácula (visão central) e pelo resto da retina (visão periférica), constitui o campo visual, que pode ser monocular, conforme a fixação se efetue com um só olho, ou binocular, se com os dois, ao mesmo tempo.

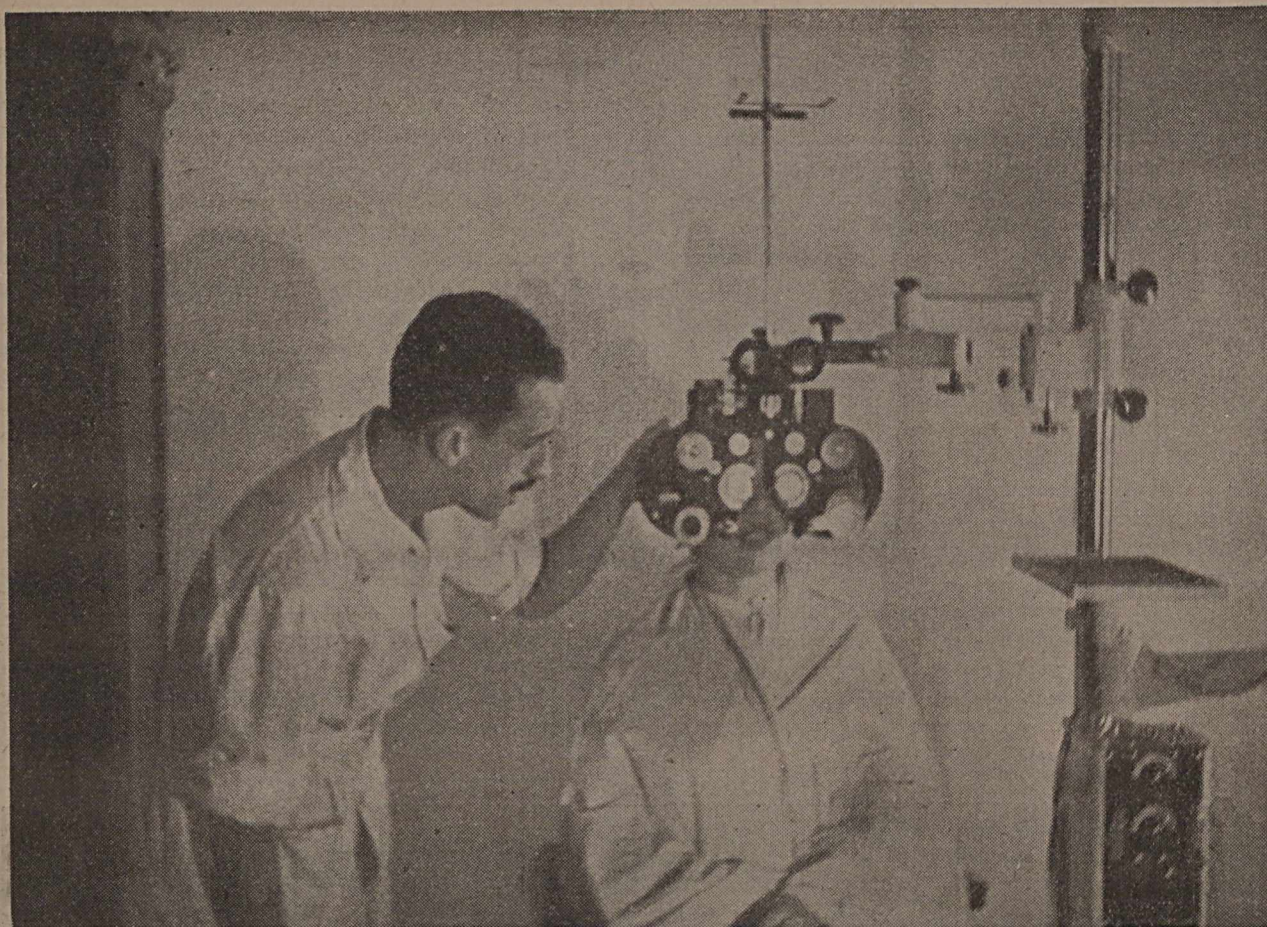
A avaliação da capacidade alcançada pela visão macular ou central já foi estudada.

Trataremos agora da avaliação da capacidade de visão da porção do espaço alcançada pela visão periférica.

As modificações patológicas que podem influir no campo da visão trazendo diminuição da capacidade visual periférica são de duas classes:



SERVIÇO DE BIOMETRIA MÉDICA — Um dos oculistas do Serviço verificando até que ponto a deficiência visual de uma candidata poderá ser corrigida. O S.B.M. examina e fornece orientação médica quando necessário



SERVIÇO DE BIOMETRIA MÉDICA — A visão é muito importante no trabalho das repartições públicas, razão pela qual os candidatos a concurso são examinados com aparelhagem precisa, como se vê na gravura

I) — Modificações na extensão e forma do campo visual para o branco e para as cores;

II) — A presença de zonas cegas (manchas), ou escotomas, no campo visual.

Esses dois tipos de defeitos podem ser encontrados isolados ou associados em um mesmo campo visual.

Estudaremos, em função da diminuição da capacidade visual periférica, os *retraiamentos concêntricos do campo visual*, os *escotomas* e as *hemianopsias* (cegueira para uma metade do campo visual).

1.º — O *retraimento concêntrico* do campo visual determina logicamente uma baixa de capacidade visual periférica.

As baixas de capacidade visual periférica consequentes a retraiamentos concêntricos do campo visual estão na dependência da localização dos mesmos, isto é, além de 30º, entre 30º e 10º e a menos de 10º.

A capacidade visual nos casos de retraimento concêntrico, adotado por nós, figura no Quadro IV.

2.º — O *escotoma central* — No caso do escotoma central ter atingido um só olho, a capacidade visual será de 72 % e, no caso de ambos os olhos, 0 % de capacidade visual periférica; nestes casos,

a alteração visual confunde-se com a perda de visão central em ambos os olhos.

3.º — As *hemianopsias* — As hemianopsias são cegueiras que atingem somente uma metade do campo visual.

Elas se dividem em dois grandes grupos: *hemianopsias homônimas* e *hemianopsias heterônimas*.

Chamam-se hemianopsias homônimas aquelas nas quais a visão desaparece em duas metades homólogas do campo visual, por exemplo, metade temporal (externa) do olho direito e nasal (interna) do olho esquerdo; pois neste caso ambas as porções atingidas estão do lado direito. São heterônimas quando a visão desaparece em duas metades opostas, por exemplo: temporal (externa) em ambos os olhos ou nas duas metades internas (nasal); pois nestes casos as porções atingidas são opostas: esquerda de um lado e direita do outro.

AValiação DA CAPACIDADE VISUAL NAS PARALISIAS OCULARES

O desequilíbrio da visão binocular ou simultânea, de ambos os olhos, acarreta uma *diplopia*, (vi-

são dupla ou desdobrada dos objetos) quando o grau de visão é suficiente nos dois olhos.

Para avaliarmos o grau da capacidade visual profissional do candidato em relação às paralisias oculares, necessitamos saber quais os músculos paralizados. De um modo aproximado, a capacidade visual de relevo ou binocular fica reduzida a 67 %, quando a paralisia de um só músculo acarretar diplopia. Aqui, o candidato perde, praticamente, o uso de um olho, necessitando fechá-lo para suprimir a falsa imagem.

A BIBLIOTECA PEDAGÓGICA

Fomos a seguir, à Biblioteca do I.N.E.P., que já representa, hoje, valiosas coleções de material especializado, com mais de seis mil volumes.

Aí somos recebidos pelo bibliotecário, Prof. Martiniano da Fonseca, que nos historia os trabalhos dessa importante dependência de estudos.



BIBLIOTECA PEDAGÓGICA — A organização de catálogos por assuntos, tal como os que existem no I.N.E.P., permite que rapidamente um auxiliar de Biblioteca aconselhe ao leitor um livro sobre a matéria que deseja

— Começamos em 1938, com uma pequena doação feita pelo próprio diretor do Instituto. Ao fim desse ano, os volumes já eram 1.456; em fins do ano passado, atingiam a 6.396. São agora em número aproximado de sete mil.

Grande empenho tem havido em não interromper as coleções de revistas especializadas do estrangeiro. Elas completam o valor de uma biblioteca deste gênero.

Ainda há dias, tivemos o prazer de ouvir do grande educador norte-americano Carleton Washburne, que vem visitando todos os países da América do Sul, que era esta a mais completa biblioteca que ele já viu no gênero, fora dos Estados Unidos.

Passamos a ver os catálogos, em fichários bem organizados: autores, títulos, assuntos. Coisa que nem sempre se encontra em bibliotecas: todos os artigos de revistas catalogados, atingindo as fichas respectivas a 7.058. Os catálogos compreendem mais de 20.000 fichas.

Neste momento, estamos preparando catálogos especializados, muito minuciosos, para certos assuntos. Está pronto o de educação pre-primária, ou de jardim de infância, levantado pela professora Celina Nina, com mais de 500 referências.

Até agora, empregou a biblioteca do I.N.E.P. 169 contos, na aquisição de livros e revistas. O preço médio de cada volume é o de 25\$000, bastante módico para a natureza das obras especializadas que contem, a maioria de edição no estrangeiro.

Damos no fim desta reportagem a Bibliografia Brasileira de Educação referente ao ano de 1941.

AS PUBLICAÇÕES DO I.N.E.P.

Na função de centro de divulgação, o I.N.E.P. faz publicar os seus principais trabalhos de documentação e pesquisa, distribuindo-os gratuitamente pelas instituições pedagógicas do país e do estrangeiro.

De 1939 a junho de 1942, publicou 23 volumes impressos e 43 folhetos mimeografados, num total de 64 unidades, com 42.300 exemplares.

As obras impressas foram as seguintes:

“O Ensino no Brasil no quinquênio de 1932 a 1936”; — “Organização do ensino primário e normal no Estado do Amazonas”; — “Idem, no Pará; Piauí; Maranhão; Ceará; Rio Grande do Norte; Paraíba; Pernambuco; Alagoas; Sergipe; Baía; Espírito Santo e Rio de Janeiro”; — “A administração dos serviços de educação”; — “Situação geral do ensino primário”; — “Subsídios para a história da educação, ano de 1940”; — “A Instrução e a República”; de Primitivo Moacyr, 4 volumes; — “Investigação do Vocabulário Infantil”; — “Oportunidades de educação na Capital do país”.

Mensalmente, o I.N.E.P. faz circular um boletim mimeografado, com a súmula dos atos e fatos da vida educacional de todo o país, no mês anterior.

Para o efeito desse serviço são considerados “atos” a registrar:

- a) os atos propriamente legislativos, federais e estaduais, diretamente referentes aos serviços de educação em geral, sejam os do ensino (educação escolar), sejam os de educação-extra-escolar ou de divulgação cultural (bibliotecas, museus, arquivos, cinema e rádio educativo, etc.); assim, a criação de instituições, a sua transformação ou reforma; os créditos e dotações para serviços educacionais, etc.;

- b) as decisões governamentais, sejam as dos executivos da União e dos Estados, sejam as de autoridades responsáveis pela execução daqueles serviços (Secretários, Diretores) e que impliquem alterações ou esclarecimentos de importância nessa execução (regulamentos, avisos, portarias, circulares, ordens de serviço);
- c) os planos, programas e decisões das autoridades técnicas, seja no sentido de execução, seja no de estudo e investigação (inquéritos técnicos e sociais, experiências ou instruções técnicas);

São considerados "fatos" a registrar:

- a) congressos e reuniões cujo programa se relacione, direta ou indiretamente, com os serviços de educação e divulgação cultural, ou nos objetivos dos quais haja assuntos de interesse educativo;
- b) inaugurações de estabelecimentos de ensino (escolas em geral, de qualquer grau ou modalidade, públicas ou particulares); de instituições educativas ou de difusão cultural (museus, bibliotecas, sociedades culturais diversas, associações do magistério ou de estudantes, etc.); de serviços de assistência à infância e à juventude; de serviços de saúde, relacionados com os da educação (assistência sanitária em geral, médica ou dentária);
- c) inauguração de novos edifícios escolares, ou de novas construções destinadas a melhorar as condições do ensino e da cultura (bibliotecas, arquivos, museus, laboratórios, estações rádio-difusoras, estúdios, instalações de educação física, campos de jogos, hortos escolares, etc.);
- d) inauguração de novos cursos, regulares, de aperfeiçoamento, de férias, de extensão cultural;
- e) publicação de obras relativas à educação e cultura, relatórios, teses, estudos ou monografias, sejam sobre assuntos gerais ou particulares de educação;
- f) conferências proferidas por especialistas nos mesmos assuntos, ou por autoridades do ensino;
- g) publicação de dados estatísticos;
- h) substituição das mais altas autoridades no ensino (Secretários, diretores de Departamentos ou Diretorias gerais, diretores de grandes estabelecimentos, etc.);
- i) notícias ou comentários da imprensa, desde que possam ser consideradas de grande relevância pela sua significação administrativa, técnica ou social;
- j) falecimento de educadores que tenham prestado assinalados serviços à causa da educação;
- k) doações ou legados para fins educativos em geral.

A finalidade do serviço é a de fazer refletir, neste Instituto — como órgão técnico central do Ministério da Educação — todo o movimento educacional do país, de modo a habilitá-lo a manter um serviço de "documenta-

ção" tão completo quanto possível, e a receber "informações", tão rápidas quanto possível, sobre as iniciativas, realizações ou variações dos serviços de educação e difusão cultural, sejam oficiais ou particulares, em todo o território nacional.

As notas referentes aos "atos e fatos" de cada mês, ordenados cronologicamente, serão mimeografadas, ou impressas, para comunicação às autoridades de educação e ensino e instituições culturais. Um resumo desse material será divulgado pela imprensa. Todo o material referente ao ano será impresso em volume, com as anotações e comentários que se tornarem oportunos, no sentido de servirem, de futuro, como "subsídios à história da educação brasileira", e, no presente, como elemento de unificação do pensamento pedagógico nacional.

Na capa desse boletim mensal há sempre a reprodução de um conceito de escritores publicistas e autoridades em assuntos educacionais.

Vou transcrever aqui alguns desses conceitos:

"Todas as leis protetoras são ineficazes para gerar a grandeza econômica do país; todos os melhoramentos materiais são incapazes de determinar a riqueza, se não partirem da educação popular, a mais criadora de todas as forças econômicas a mais fecunda de todas as medidas financeiras — RUY BARBOSA".

"Para que a escola possa exercer o seu papel nacional, é preciso que toda a organização escolar, fortemente ancorada no rochedo de uma sólida filosofia, seja vigorosamente transformada por uma política educacional que, conciente de seus fins e dos meios de realizá-los, seja capaz de extrair da unidade de sua orientação a força necessária para fazer circular o mesmo espírito de alto a baixo, em todo o sistema, e para se desenvolver em extensão, multiplicando os pontos de ação sobre a vida nacional. — Fernando de Azevedo".

"Ensinando, nosso dever é, naturalmente, comunicar conhecimentos e despertar o gosto de os adquirir. Ensinando, nosso dever concomitante é colaborar na marcha ascendente da Civilização — na salvação do que nela está ameaçado pela Barbárie ou na preparação dos novos valores da ordem política de amanhã: — é concorrer para a formação de uma Nacionalidade cada vez mais digna de suas tradições e de suas esperanças e, finalmente, é participar da obra do Bem Comum que não é privilégio de um grupo social apenas e sim, da contribuição de todos para uma obra coletiva. — ALCEU AMOROSO LIMA".

"A obra da educação popular, em vez de caminhar como o fez até agora, do particular para o geral, num regime em que se mancomunam o empirismo e o arbítrio, precisa orientar-

se em sentido oposto, isto é, da consideração do âmbito nacional e da previsão global do esforço a realizar. — M. A. TEIXEIRA DE FREITAS".

Agora se impõe a transcrição também de algumas das numerosas informações contidas no boletim:

Mês de janeiro de 1942

— E' publicado o decreto-lei n. 12.225, de 31-12-941, do governo do Estado da Baía, que cria 300 escolas e 20 postos de higiene.

— O governo do Estado do Rio de Janeiro, concedeu subvenção ao curso noturno "São Fidelis", no município do mesmo nome.

— E' dada a denominação de "Grupo Escolar de São Gonçalo" ao terceiro grupo escolar de Araraquara, Estado de São Paulo.

— E' criada em Birigui, Estado de São Paulo, uma escola primária noturna, municipal, com o nome de "Getúlio Vargas".

— Realiza-se em Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, a solenidade da entrega de diplomas à primeira turma de "samaritanas", formadas pelo curso mantido pela Cruz Vermelha Brasileira, secção do Rio Grande do Sul.

Mês de fevereiro de 1942

E' publicado o decreto n. 483, de 31-1-942, do governo do Estado do Rio Grande do Sul, que cria mais um grupo escolar na sede do município de Pelotas.

Noticia-se a criação de um estabelecimento de ensino secundário fundamental, em Pirapora, Estado de Minas Gerais.

Noticia-se a inauguração do Ginásio "Francisco de Sá", em Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais.

Noticia-se o lançamento da pedra fundamental do edifício do Ginásio "São José", em Teófilo Otoni, Estado de Minas Gerais.

E' publicado o aviso n. 278, de 31-1-942, do Ministro da Guerra, que aprova as instruções para o funcionamento da Escola de Transmissões, em 1942.

Mês de março de 1942

Noticia-se a inauguração do Ginásio Diocesano, em Caicó, Estado do Rio Grande do Norte.

São inaugurados os prédios escolares de Soure, São Sebastião e Inhambuque, Estado da Baía.

Noticia-se a inauguração do Ginásio São João Batista, em Pirapora, Estado de Minas Gerais.

Mês de abril de 1942

E' publicado o decreto federal n. 8.915, de 3-3-942, que concede, inspeção permanente ao

Colégio Santa Isabel, com sede em Petrópolis, Estado do Rio de Janeiro.

E' publicado o decreto federal n. 9.101, de 24-3-942, que concede equiparação à Escola de Enfermeiras do Hospital São Paulo, com sede na capital do Estado de São Paulo.

O governo do Estado do Rio de Janeiro concede ao Aéreo Clube e à Fundação Policlínica e Maternidade de Campos, ambos nesse Estado, subvenção de 50:000\$0 e 18:000\$0, respectivamente.

Instalam-se o Ateneu "D. Bosco", em Goiânia, e um grupo escolar, em Mineiros, Estado de Goiás.

Mas, como tivemos ocasião de verificar, o I.N.E.P. distribui também obras impressas, revistas e jornais de outras fontes, obtidas quase sempre por doação. Só no ano de 1941, distribuiu entre suas publicações e alheias, 74.740 exemplares, o que deu uma média de 200 exemplares por dia útil.

A escrituração da expedição a cargo do auxiliar senhor Paulo Newlands é impecável: Ficha de saída de cada publicação e fichas individuais de todos os destinatários. E' possível assim, saber a cada momento, o que cada um já recebeu.

O movimento de intercâmbio de publicações, apesar da guerra, está sendo feito com mais de cem instituições pedagógicas. Encontram-se, por exemplo, no I.N.E.P. publicações oficiais de todos os sistemas escolares estaduais dos Estados Unidos, o que, por si só, constitui uma rica biblioteca.

ADMINISTRAÇÃO DOS SERVIÇOS DE EDUCAÇÃO EM CADA UNIDADE FEDERADA

Entre as publicações editadas pelo Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos figura *A Administração dos Serviços de Educação*, na qual se encontram informações oportunas sobre a administração dos serviços de educação em cada unidade federada.

Como não há espaço nesta revista para registo do que a respeito dessa administração há em todos os Estados, transcrevo aqui apenas os gráficos referentes às de Sergipe e S. Paulo. Pelo primeiro, verifica-se que é ainda insuficiente essa organização em Sergipe; pelo segundo, observa-se que ele se processe de forma ampla, numa técnica avançada, em S. Paulo.

SITUAÇÃO GERAL DO ENSINO PRIMÁRIO

Outra publicação interessante do I.N.E.P.: *Situação Geral do Ensino Primário*.

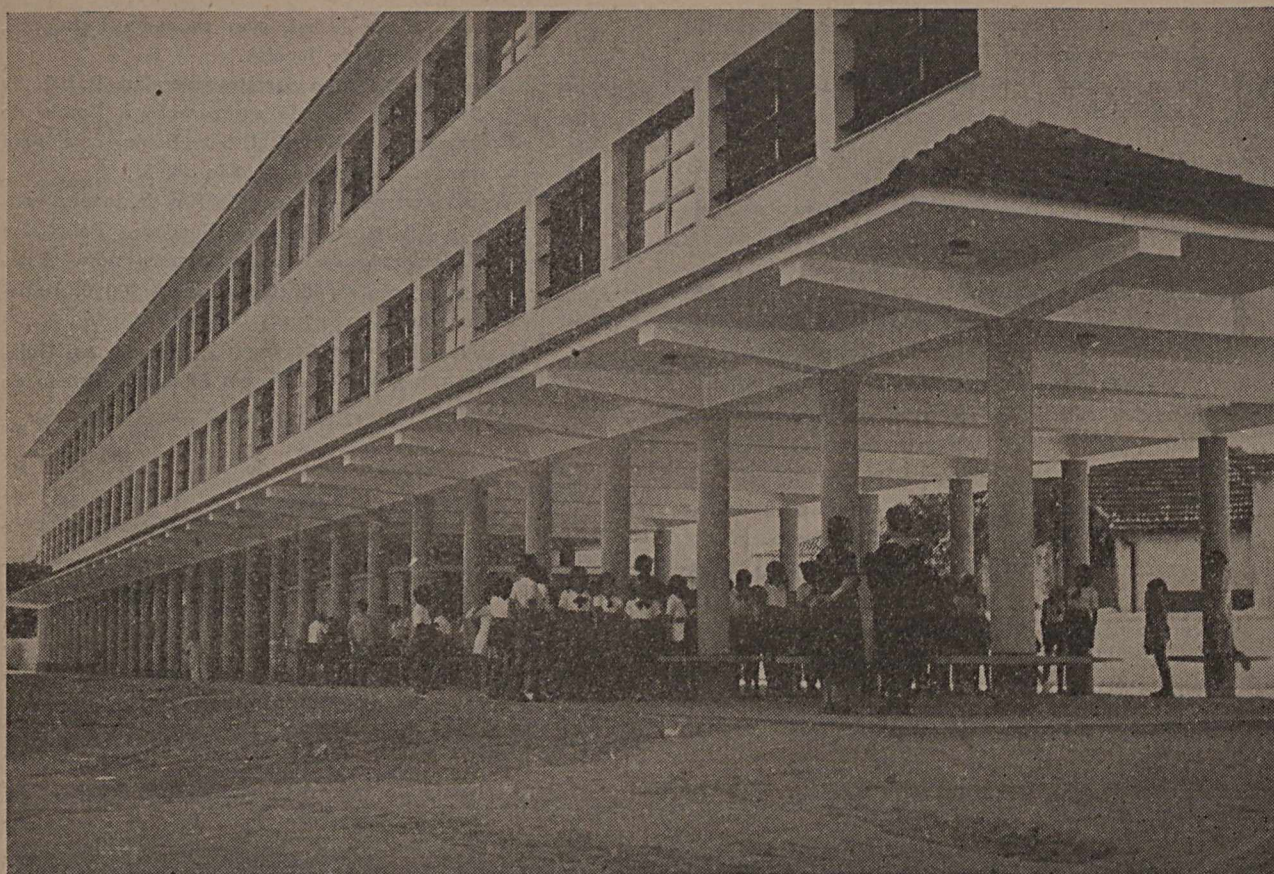
Agrada-me registar aqui a situação do Estado do Rio, das mais expressivas entre as dos demais Estados, como se vê:

Área — 42.404 km².

População — 1.861.727 hab.

Densidade demográfica — 43,90

N. de municípios — 50



Um belo exemplo de construção escolar moderna é o Grupo Escolar "Getúlio Vargas", ultimamente inaugurado em Niterói

Receita total orçada em 1941 — 97.111 contos

Despesa total orçada em 1941 — 97.062 contos

Produção "per capita" — 716\$600

Despesa total com educação em 1941 — 23.167 contos (23,87% da despesa total)

Despesa com ensino primário em 1941 — 14.943 contos (64,50% das despesas gerais com a educação)

Matrícula no ensino primário geral em 1939 — 179.110

Não me limito apenas à transcrição dos dados acima retirados da referida publicação oficial. Tenho mais estes, que me foram gentilmente fornecidos pelo jornalista Aderson Magalhães, que acompanha sempre com vivo interesse tudo quanto se passa no Estado do Rio :

O problema educacional na terra fluminense tem sido objeto de constantes providências por parte do interventor Amaral Peixoto. Uma delas é a que se refere à construção de edifícios próprios para as escolas primárias. Prosseguindo nessa diretriz, o governo do Estado do Rio fez inaugurar, recentemente, na capital fluminense, cinco novos grupos escolares dotados de todos os requisitos indispensáveis a estabelecimentos no gênero e cujas construções obedeceram ao padrão mais moderno.

Esses institutos custaram nada menos de cinco mil contos de réis, sendo financiados pela Caixa Econômica.

O seu elevado custo é entretanto compensado pela economia que trouxeram ao orçamento estadual, isto é, cento e quarenta contos, que era a quanto montava, em Niterói, a despesa anual com o pagamento de alugueis de casas para escolas.

A capacidade total dos aludidos grupos, o maior dos quais foi denominado Getúlio Vargas, em homenagem ao chefe da Nação, comportará milhares de crianças, em turnos diários, sendo dois para 1.300, 1 para 400 e os restantes para 1.200. Estão situados em zonas onde é acentuada a densidade da população infantil, bem como em bairros particularmente operários, ou de pessoas de poucos recursos.

NO SERVIÇO DE EXPEDIENTE

O Serviço de Expediente é chefiado pelo Oficial Administrativo, Sr. Otto Floriano de Almeida, que tem a auxiliá-lo dois escriturários, Arthur Pinto de Araujo Corrêa, e Bartira Loretti, além dos datilógrafos e serventes necessários.

Aí está centralizado o serviço de mecanografia, com exceção do preparo dos testes e provas de concurso; o serviço de correspondência, protocolo e arquivo.

Em 1941, informa-nos o chefe do Serviço, foram protocolados 1.862 processos e ofícios, expedidos ofícios, cartas e telegramas num total de 2.715.

Tratando-se de uma repartição sem encargos administrativos, é curioso este acréscimo de respostas. "E" que, nada fica sem resposta, esclarece-nos a funcionária Maria da Silveira Lobo. Este é um ponto de que o diretor faz questão capital. Qualquer pedido de informação, qualquer comunicação, qualquer oferta — tudo é respondido".

O movimento do I.N.E.P. vai num crescendo: em 1939, protocolou 706 processos; em 1940, o número era de 1.656; em 1942, esse número subiu a 1.862.

Os serventuários eram, em 1940, 69; no ano de 1941, foram 87; no momento de nossa visita eram 82.

Desses, 27 trabalham no Serviço de Biometria Médica; 8 na Recção de Orientação e Seleção que serve principalmente ao D.A.S.P. Nos serviços propriamente de estudos pedagógicos, são ocupados, portanto, 47 servidores, incluindo o pessoal de escrita e serventes.

VENCIMENTOS DOS PROFESSORES PRIMÁRIOS ESTADUAIS

(SEGUNDO OS ORÇAMENTOS DE 1941)

Inserimos em seguida a tabela de vencimentos dos professores primários do país. Observe bem o leitor a disparidade desses vencimentos. Havia em 1941 professores recebendo por mês 83\$300, 90\$000 e 100\$000. Talvez hoje não seja mais assim. Talvez.

ESTADO DE ALAGOAS

	ANUAL	MENSAL
Professores de 3ª classe.....	3:600\$0	300\$0
Professores de 2ª classe.....	3:300\$0	275\$0
Professores de 1ª classe.....	3:000\$0	250\$0
Professores subvencionados.....	1:680\$0	140\$0

ESTADO DO AMAZONAS

Professores de 1ª entrância.....	6:000\$0	500\$0
Professores de 1ª entrância.....	4:800\$0	400\$0
Professores de 2ª entrância.....	4:500\$0	375\$0
Professores de 3ª entrância.....	3:000\$0	250\$0
Professores de emergência.....	1:980\$0	165\$0

ESTADO DA BAIÁ

Professores do 1º quadro.....	7:740\$0	645\$0
Professores do 2º quadro Capital.....	6:912\$0	576\$0
Professores do 3º quadro.....	4:608\$0	384\$0
Professores de 1ª classe.....	6:912\$0	576\$0
Professores de 2ª classe Interior.....	5:760\$0	480\$0
Professores de 3ª classe.....	4:608\$0	384\$0

ESTADO DO CEARÁ

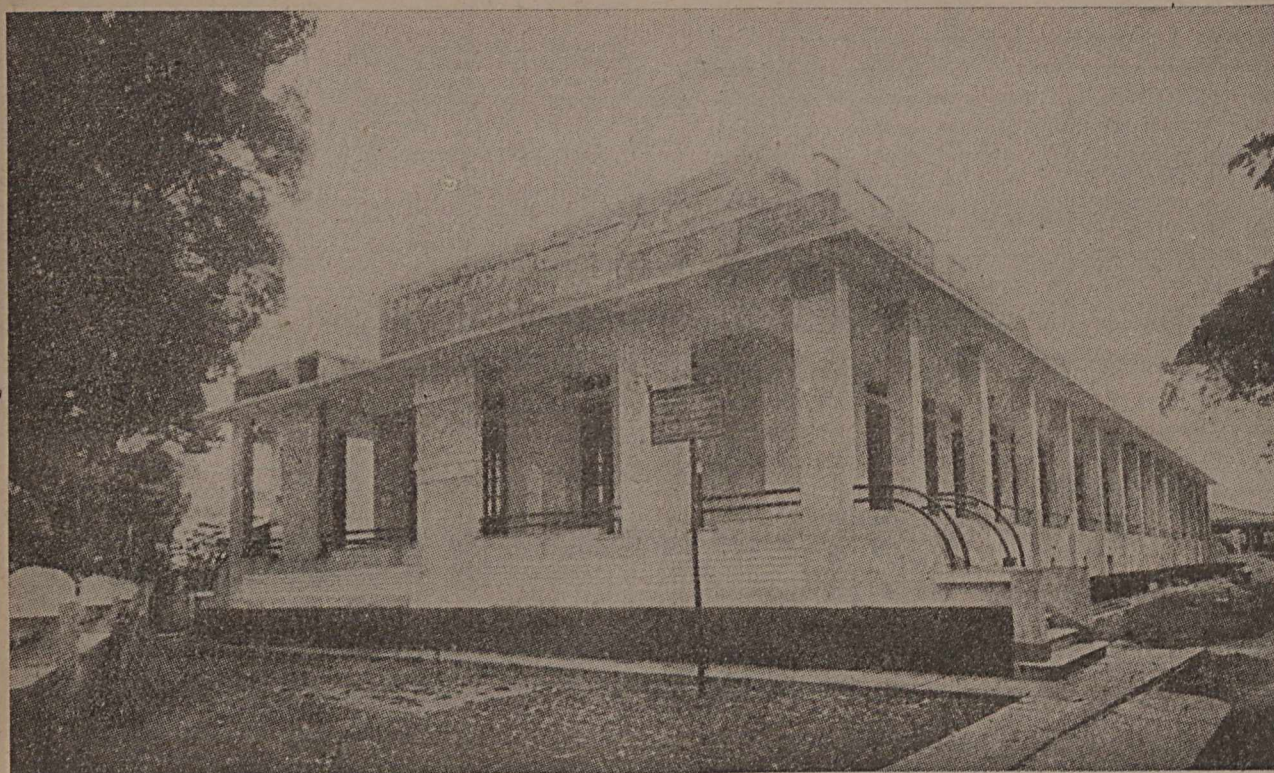
Professores.....	3:600\$0	300\$0
Professores com 10 anos.....	3:960\$0	330\$0
Professores com 15 anos.....	4:140\$0	345\$0
Professores com 20 anos.....	4:320\$0	360\$0
Professores com 25 anos.....	4:800\$0	400\$0
4ª entrância:	2:700\$0	225\$0
Professores com 10 anos.....	2:970\$0	247\$5
Professores com 15 anos.....	3:105\$0	258\$7
Professores de escolas elementares.....	1:200\$0	100\$0

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Professores normalistas de 1ª classe.....	5:040\$0	420\$0
Professores normalistas de 2ª classe.....	4:340\$0	361\$6
Professores normalistas de 3ª classe.....	3:600\$0	300\$0
Professores normalistas de 4ª classe.....	2:400\$0	200\$0



O GRUPO ESCOLAR "GUILHERME BRIGGS", em Niterói, que recorda o nome do saudoso educador fluminense, documenta também o carinho com que o Interventor Amara! Peixoto vem cuidando da importante questão dos prédios escolares



Grupo escolar "Dr. Freitas", em Belem do Pará, com piscina, jardim de infância e campos de esporte (obra da administração José Malcher).

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO (continuação)		ANUAL	MENSAL	ESTADO DE MINAS GERAIS	
Professores de Concurso de 1ª classe.....		3:000\$0	250\$0	Professores de 1ª classe (cidade).....	3:720\$0 310\$0
Professores de Concurso de 2ª classe.....		2:760\$0	230\$0	Professores de 1ª classe (vila).....	2:760\$0 230\$0
Professores de Concurso de 3ª classe.....		2:400\$0	200\$0	Professores trabalhos manuais (capital).....	4:440\$0 370\$0
ESTADO DE GOIÁS				Professores trabalhos manuais (cidade).....	3:720\$0 310\$0
Professores de Grupo Escolar Modelo.....		4:608\$0	384\$0	Professores de 2ª classe (capital).....	2:520\$0 210\$0
Professores de Grupo Escolar de 1ª classe (Capital).....		3:480\$0	290\$0	Professores de 2ª classe (cidade).....	2:280\$0 190\$0
Professores suplementares.....		3:000\$0	250\$0	Professores de 2ª classe (vila).....	1:800\$0 150\$0
Professores de 1ª classe.....		4:176\$0	348\$0	Professores de 3ª classe (capital).....	2:160\$0 180\$0
Professores de 2ª classe (Interior).....		3:000\$0	250\$0	Professores de 3ª classe (cidade).....	1:800\$0 150\$0
ESTADO DO MARANHÃO				Professores de 3ª classe (vila).....	1:440\$0 120\$0
Professores de Jardim de Infância.....		3:720\$0	310\$0	Professores de Grupos (capital).....	3:360\$0 280\$0
Professores da Capital.....		3:720\$0	310\$0	Professores de Grupos (cidade).....	2:760\$0 230\$0
Professores do Interior.....		3:720\$0	310\$0	Professores trabalhos manuais (cidade).....	2:760\$0 230\$0
ESTADO DO RIO DE JANEIRO				Professores trabalhos manuais (vila).....	2:280\$0 190\$0
Professores padrão E-1.....		7:200\$0	600\$0	Professores Estagiários (capital).....	1:980\$0 165\$0
Professores padrão E-2.....		7:800\$0	650\$0	Professores Estagiários (cidade).....	1:518\$0 126\$5
Professores padrão E-3.....		8:400\$0	700\$0	Professores Estagiários (vila).....	1:188\$0 99\$0
Professores padrão E-4.....		9:000\$0	750\$0	Professores.....	3:960\$0 330\$0
Professores padrão E-5.....		9:600\$0	800\$0	Professores.....	2:160\$0 180\$0
Professores padrão E-6.....		10:200\$0	850\$0	Professores adjuntos.....	3:360\$0 280\$0
Professores padrão D-1.....		6:000\$0	500\$0	ESTADO DA PARAIBA	
Professores padrão D-2.....		6:600\$0	550\$0	Professores de 5ª entrada.....	5:160\$0 430\$0
Professores padrão D-3.....		7:200\$0	600\$0	Professores de 4ª entrada.....	4:560\$0 380\$0
Professores padrão D-4.....		7:800\$0	650\$0	Professores de 3ª entrada.....	3:960\$0 330\$0
Professores padrão D-5.....		8:400\$0	700\$0	Professores de 2ª entrada.....	3:360\$0 280\$0
Professores padrão D-6.....		9:000\$0	750\$0	Professores de 1ª entrada.....	2:760\$0 230\$0
Professores padrão D-7.....		9:600\$0	800\$0	Professores de classe única.....	1:680\$0 140\$0
Professores padrão C-1.....		4:800\$0	400\$0	Professores contratados (capital).....	1:500\$0 125\$0
Professores padrão C-3.....		5:760\$0	480\$0	Professores contratados (interior).....	1:000\$0 83\$3
Professores padrão C-5.....		6:720\$0	560\$0	ESTADO DO PARÁ	
Professores padrão C-6.....		7:200\$0	600\$0	1ª entrada	
Professores padrão C-7.....		7:680\$0	640\$0	Professores do Grupo Escolar.....	4:200\$0 350\$0
ESTADO DE MATO GROSSO				Professores de Escolas reunidas e isoladas da Capital.....	4:200\$0 350\$0
Professores adjuntos.....		3:960\$0	330\$0	Professores das Escolas noturnas.....	4:200\$0 350\$0
Professores adjuntos rurais.....		2:160\$0	180\$0	Professores adjuntos de Grupo Escolar da Capital.....	3:000\$0 250\$0
Professores de Grupos Escolares.....		3:960\$0	330\$0	2ª entrada	
Professores de escolas rurais.....		2:880\$0	240\$0	Professores de grupo escolar.....	3:600\$0 250\$0
Professores regimentais.....		3:960\$0	330\$0	Professores.....	1:800\$0 150\$0

ESTADO DE MATO GROSSO (continuação)	ANUAL	MENSAL
<i>1ª entrância</i>		
Professores de escolas isoladas (interior).....	2:400\$0	200\$0
Professores de escolas auxiliares.....	1:200\$0	100\$0

ESTADO DO PARANÁ

Professores normalistas de 1ª classe.....	4:200\$0	350\$0
Professores normalistas de 2ª classe.....	4:680\$0	390\$0
Professores adjuntos.....	2:100\$0	175\$0
Professores normalistas de 3ª classe.....	5:040\$0	420\$0
Professores efetivos de 1ª classe.....	2:580\$0	215\$0
Professores efetivos de 2ª classe.....	3:240\$0	270\$0
Professores efetivos de 3ª classe.....	3:840\$0	320\$0
Professores de Escolas Noturnas.....	1:200\$0	100\$0

ESTADO DE PERNAMBUCO

Professores de 4ª entrância.....	4:800\$0	400\$0
Professores de 3ª entrância.....	4:200\$0	350\$0
Professores de 2ª entrância.....	3:600\$0	300\$0
Professores de 1ª entrância.....	3:600\$0	300\$0
Professores de trabalhos manuais de 4ª entrância.....	4:800\$0	400\$0
Professores de trabalhos manuais de Grupos Escolares do interior.....	3:600\$0	300\$0

ESTADO DO PIAUÍ

<i>4ª entrância</i>		
Professores de Escola de Adaptação.....	4:608\$0	384\$0
Professores de Grupos Escolares.....	4:320\$0	360\$0
Professores adjuntos estagiários.....	2:880\$0	240\$0

<i>3ª entrância</i>		
Professores.....	3:888\$0	323\$3
Professores adjuntos estagiários.....	3:888\$0	323\$3

<i>2ª entrância</i>		
Professores.....	3:600\$0	300\$0
Professores adjuntos estagiários.....	2:400\$0	200\$0

<i>1ª entrância</i>		
Professores.....	3:168\$0	264\$0
Professores de Escolas Nucleares.....	1:440\$0	120\$0

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

Professores de 1ª classe.....	5:000\$0	416\$0
Professores de 2ª classe.....	4:200\$0	350\$0
Professores de 3ª classe.....	3:600\$0	300\$0
Professores de 4ª classe.....	3:000\$0	250\$0
Professores adjuntos.....	3:000\$0	250\$0

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Professores de 1ª entrância.....	8:640\$0	720\$0
Professores de 2ª entrância.....	7:200\$0	600\$0
Professores de 3ª entrância.....	6:480\$0	540\$0
Professores auxiliares.....	4:320\$0	360\$0
Professores estagiários.....	5:360\$0	360\$0

ESTADO DDE SANTA CATARINA

Professores de Grupos Escolares.....	4:500\$0	375\$0
Professores provisórios.....	2:400\$0	200\$0
Professores complementaristas.....	2:580\$0	215\$0
Professores normalistas escolas isoladas.....	3:840\$0	320\$0
Professores vocacionalistas.....	4:500\$0	375\$0
Professores auxiliares.....	1:560\$0	130\$0

ESTADO DE SÃO PAULO

Professores interinos.....	2:880\$0	240\$0
Professores estagiários.....	4:200\$0	350\$0
Professores com 5 anos.....	4:800\$0	400\$0
Professores com mais de 5 anos.....	5:760\$0	480\$0
Professores com mais de 10 anos.....	6:600\$0	550\$0
Professores com mais de 15 anos.....	7:200\$0	600\$0
Professores com mais de 20 anos.....	7:680\$0	640\$0
Professores com mais de 25 anos.....	8:040\$0	670\$0
Professores.....	10:800\$0	900\$0
Professores.....	8:400\$0	700\$0

ESTADO DE SERGIPE

	ANUAL	MENSAL
Professores.....	4:057\$0	338\$1
Professores.....	3:168\$0	264\$0
Professores.....	893\$2	241\$1
Professores.....	49\$6	20\$88

TERRITÓRIO DO ACRE

Professores primários classe C.....	4:800\$0	400\$0
Professores primários classe D.....	6:000\$0	500\$0
Professores primários classe E.....	7:200\$0	600\$0
Dretora de grupo escolar padrão F.....	8:400\$0	0\$700

DISTRITO FEDERAL

Professores primários de.....	6:600\$0	550\$0
Professores primários a.....	14:400\$0	1:200\$0
Professores estagiários (gratificação fixa)*.....	2:880\$0	240\$0
e mais 10\$0 por dia que substituir professor que faltar		
*) Diretor de escola mais alem dos vencimentos que perceber como professor primário.....	2:40\$	200\$0

NOTA: — São concedidas ainda vantagens especiais aos professores que trabalharem em escolas de zona rural uo de difícil acesso.

LIVROS ACONSELHADOS PARA DIVERSOS CONCURSOS

ASSISTENTE DE SELEÇÃO

Em Português:

- 1 — Fontenelle — O método estatístico em biologia e em educação.
- 2 — Viveiros de Castro — Pontos de estatística.
- 3 — Milton Rodrigues — Elementos de estatística geral.
- 4 — Iago Pimentel — Noções de psicologia aplicada à Educação.
- 5 — Murilo Braga — Problemas de seleção de pessoal in — Revista do Serviço Público — maio de 1941.
- 6 — Decroly e Buyse — Prática dos testes mentais — Tradução de Paulo Maranhão.
- 7 — Paulo Maranhão — Testes de escolaridade.
- 8 — Claparède — Como diagnosticar as aptidões dos escolares.
- 9 — Claparède — Educação funcional.
- 10 — Walther — Tecnopsicologia do trabalho industrial — Tradução de Lourenço Filho.
- 11 — Penteado Junior — Fundamentos do método.
- 12 — Lourenço Filho — Orientação profissional — in — Escola Nova — junho de 1931.
- 13 — Lourenço Filho — Testes A B C.
- 14 — Medeiros e Albuquerque — Testes.
- 15 — A. I. Gates — Psicologia para estudantes de Educação.
- 16 — A. I. Gates e E. Torndike — Princípios elementares de Educação.
- 17 — H. Piéron — Psicologia Experimental.

Em línguas estrangeiras:

- 18 — Baugarten — Orientation professionnelle.
- 19 — Walther — Orientation professionnelle et carrieres liberales.
- 20 — Sollier-Drabs — Orientation professionnelle.
- 21 — Chleusebairgue — Psicologia del trabajo profesional.
- 22 — Chleusebairgue — Orientacion profesional.
- 23 — Jones — Organización y administración de empresas industriales.
- 24 — Nihard — La methode des tests.
- 25 — Baumgarten — El examen de la aptitud profesional.
- 26 — Chevalier — La technique de l'organization des entreprises.
- 27 — Galli — La medida objetiva del trabajo escolar.
- 28 — Buyse — La experimentación en Pedagogia.

Referências por pontos do programa

Parte I (Escrita) :

- 1) Estatística : Livros ns. 1 — 2 — 3.
- 2) Questões objetivas :
 1. Seleção profissional... Livros ns. 5 — 10 — 12 — 18 — 19 — 20 — 21 — 22.
 2. Análise do trabalho... Livros ns. 10 — 12 — 18 — 19 — 20 — 21 — 22 — 23 — 25 — 26.
 3. Recrutamento e mercado de trabalho. Livros ns. 5 — 10 — 12 — 18 — 19 — 20 — 21 — 22 — 23 — 25 — 26.
 4. Diferenças individuais... Livros ns. 5 — 8 — 11 — 13 — 15 — 16 — 27 — 28.
 5. Inteligência... Livros ns. 4 — 6 — 8 — 9 — 15 — 17 — 24.
 6. Verificação de conhecimentos... Livros ns. 7 — 8 — 24 — 26 — 27.
 7. Aferição de provas... Livros ns. 3 — 13 — 24 — 27 — 28.

OBSERVAÇÃO: Para a parte de planejamento poderão ser consultados os livros de ns. 6 — 7 — 8 — 14 — 27 — 28.

ASSISTENTE DE PESSOAL

Em português

1. Leis e decretos-leis:
 - a) Reajustamento-lei n. 284, de 28-10-36.
 - b) Serviço de pessoal nos ministérios — Decreto-lei n. 204, de 25-1-38.
 - c) Regulamento de promoções — Decreto n. 2.290 de 28-1-38.
 - d) Extranumerários — Decreto-lei n. 240, de 4-2-38.
 - e) D.A.S.P. — decreto-lei n. 579, de 30-3-38.
 - f) Lotação de pessoal — Decreto n. 2.955, de 10-8-38.
 - g) Estatuto dos funcionários — Decreto-lei n. 1.713, de 28-10-39.
2. Mário de Brito — Seleção e aperfeiçoamento do pessoal — Rev. do S.P. — agosto, 1938.
3. Murilo Braga — Seleção de pessoal, seus objetivos e seus problemas — in Rev. S.P. — maio, 1941.
4. Moacyr Briggs — Evolução da administração do pessoal — Rev. do S.P. — agosto, 1938.
5. Astério Dardeau Vieira — Como classificar os cargos — Imprensa Nacional — 1941.
6. Organização do funcionalismo federal nos Estados Unidos — Rev. do S.P. — fevereiro — 1938.
7. Seleção de pessoal e promoção de funcionários — Rev. do S.F. — abril, 1940.
8. Jubé Junior — Adaptação funcional — Rev. do S. P. — novembro, 1940.
9. Ari Fernandes — O fator humano no trabalho — Rev. do S.P. — junho, 1939.
10. Arlindo V. Ramos — Seleção inicial para carreira de médico no Serviço Público — Rev. do S.P. — julho, 1941.

11. J. Moacyr de Andrade Sobrinho — Composição do vencimento e níveis de remuneração do funcionário público — Imprensa Nacional — Rio, 1940.

12. D.A.S.P. — Serviço de Documentação — A revolução brasileira nos serviços públicos — O D.A.S.P. — Aspectos da reforma administrativa.

13. Augusto Bulhões — Necessária reforma — O D.A.S.P. — Rev. do S.P. — outubro, 1938.

14. Ivanoff — G. Siqueira — Seleção profissional e seleção do pessoal administrativo — Rev. do S.P., fevereiro, 1940 e abril, 1940.

15. Cursos de treinamento — Rev. do S.P. — novembro, 1937.

16. Plínio Olinto — Bases de orientação e seleção profissional — Rev. do S.P. — setembro, 1938.

17. Aperfeiçoamento no estrangeiro — Rev. do S.P. — outubro, 1938.

18. Criação de cursos de aperfeiçoamento (Decretos-leis) — Rev. do S.P. — setembro, 1939.

19. Carreira profissional no Serviço Público — Rev. do S.P. — janeiro, 1941.

20. Criação da Divisão de Aperfeiçoamento — Rev. do S.P. — outubro, 1941.

21. D.A.S.P. — Relatórios do presidente.

22. D.A.S.P. — Serviço de Documentação — Estatuto dos funcionários públicos — Estudos e projetos — Rio, 1940.

23. Rocha, R. — Assistência psicotécnica.

24. Germano Jardim — A administração pública e a estatística.

25. Eduardo Pessoa Sobrinho — Promoção por eficiência — in Rev. do S.P. — fevereiro — 1942.

Em línguas estrangeiras

26. Burt — Principles of employment psychology.
27. Lee — Objectives and problems of vocational education.
28. Crane — Psychology applied.
29. Tead and Metcalf — Personnel administration, its principles and practice.
30. Bying — Administration, a profession, human factor — vol. X — 1936.
31. Watkins & Dodd — The management of labor relations.
32. J.B. Probst — Service ratings.

ASSISTENTE DE APERFEIÇOAMENTO

Em Português :

- 1 — Viveiros de Castro — Pontos de estatística (I — B)
- 2 — Fontenelle — O método estatístico em biologia e em educação (I — B)
- 3 — Milton Rodrigues — Elementos de estatística geral (I — B)
- 4 — Walther — Técnica psicológica do trabalho industrial — trad. de Lourenço Filho (III — 1, 2, 5).
- 5 — R. Rocha — Assistência psicotécnica (III, — 1, 5).
- 6 — Lourenço Filho — Introdução ao estudo da escola nova (III — 4).

7 — Lourenço Filho — A discussão nos trabalhos de seminário (III — 2).

8 — Gates — Psicologia para estudantes de educação (III — 4).

9 — Thorndike e Gates — Princípios elementares de educação (III — 4)

10 — Onofre Penteado Junior — Fundamentos do método — (III — 4).

11 — Murilo Braga — Seleção de pessoal, seus objetivos e seus problemas — in Revista do Serviço Público — maio de 1941 — ou — in Estudos e Conferências — n. 8 D.I.P. (III — 7, 8, 9).

12 — D.A.S.P. — Relatórios de 1939, 1940 — (III — 7, 8, 9).

13 — D.A.S.P. — Serviço de Documentação — A revolução brasileira nos serviços públicos — (III — 7, 8, 9).

14 — D.A.S.P. — Serviço de Documentação — "Revolução da burocracia", escrita por Aristheu Achilles (III — 7, 8, 9).

15 — Revista do Serviço Público (III — 6, 7, 8 e 9).

16 — Astério Dardeau Vieira — Como classificar os cargos (III — 7, 8 e 9).

Em línguas estrangeiras

17 — Lee — Objectives and problems of vocational education (III — 1, 2).

18 — Proctor — Vocations (III — 1 e 5).

19 — Hill — Introduction to vocational education (III — 1).

20 — Wotkins & Dodd — The management of labor relations (III — 1, 2 e 6).

21 — Crane — Psychology applied — (III — 1, 2 e 6).

22 — Dottrens — Le problème de l'inspections et l'éducation nouvelle (III — 3).

23 — Comas y Lago — Prática de las pruebas mentales y de instrucción (III — 3).

24 — Fontêgne — Orientation professionnelle (III — 5).

25 — Buyse — La experimentación en pedagogia (III — 3).

26 — Champman — Occupational guidance (III — 5).

27 — Thomas & Patch — Work guide for the study of occupations (III — 5).

28 — Galli — La medida objetiva del trabajo escolar (III — 3).

29 — Thomas Fansler — Discussion methods for adult groups (III — 2).

Nota: Acham-se indicadas em algarismos romanos as partes do programa, e em arábicos, os pontos do mesmo, a que se refere cada livro indicado. Para a parte I — A e II o estudo pode ser feito em qualquer livro de curso secundário.

BIBLIOTECÁRIO-AUXILIAR

Em português

1. Wanda Ferraz — A Biblioteca — Bedeschi, Rio, 1940.

2. Fisher, J. — Classificação decimal universal do Instituto Nacional de Bibliografia (simplificação) Rio, Impr. Nac., 1937.

3. Mesquita Paulo Ferraz — Resumo do sistema de classificação decimal — S. Paulo — Rev. dos Tribunais, 1936.

Em línguas estrangeiras

4. Bostwick, A. E. — The public library in the United States — Am. Library Ass. — 1929 — Chicago.

5. Morel, E. — La librairie publique.

6. Miller — How to organize a library — L. Bureau Div., 1933.

7. Fellows — Cataloguing rules, N.Y., Wilson Co., 1920.

8. Ernesto Nelson — Las bibliotecas en los Estados Unidos.

9. Suzan Akers — Simple library cataloguing A. C.A. — 1927.

10. M. Lears — List of subjects headings for small libraries — Wilson, 1933.

11. Brown — Manual of library economy — London, Grafton, 1937.

12. Institut National de Bibliographie — La classification décimale — 2 vols. — Bruxelas, 1939.

13. Delisle, L. — Instructions élémentaires et techniques pour la mise et maintien en ordre des livres d'une bibliothèque — 4.^a ed. — Paris.

14. Dewey, M. — Decimal classification Index — N.York, Forest Press — 1932.

15. Mann, Margaret — Introduction to cataloguing and classification of books — Chic. — Am. Iibr. Ass. — 1930.

16. Baker — The uses of libraries — London — Un. of London Press — 1935.

17. Power, E. — Library service for children — Am. Libr. Ass. — Chicago, 1930.

18. Barden, Berta — Book numbers — Chicago, American Library Assoc. — 1937.

19. American Library Association — Cataloguing rules — Chicago, A.L.A., 1908.

20. Wilson Library Bulletin — The H.W. Wilson Co. — N.Y. — Monthly.

21. Am. Library Association Bulletin — Chicago — Monthly.

ESTATÍSTICO-AUXILIAR

1. Milton Rodrigues — Elementos de estatística geral.

2. Fontenelle — O método estatístico em biologia e em educação.

3. Luiz Cavaleiro — Elementos de estatística.

4. Viveiros de Castro — Pontos de estatística.

5. Mills — Métodos estatísticos. (Tradução de Magan e Gastardi).

6. Yule — An Introduction to the theory of statistics.

7. Knopf — Cálculo de probabilidades.

8. Férygnac et Morice — Pour comprende le calcul de probabilités.

9. Lourenço Filho — Estatística e Educação — in Revista Brasileira de Geografia e Estatística.
10. Bulhões de Carvalho — Estatística, Método e Aplicação.
11. Germano Jardim — A Administração Pública e a Estatística.
12. Decreto-lei n. 3.854 de 21-11-41.
13. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e a Educação (publicação do I.B.G.E.).
14. Gini — Estatística.
15. Jacyr Maia — Estatística e experimentação pedagógica — in Revista do Serviço Público — agosto de 1941.
16. Publicações do I.B.G.E.

REFERÊNCIAS POR PONTO DO PROGRAMA

1.^a Parte — Estatística

Ponto 1 — Distribuição de frequência, grupamento em classes, intervalo de classe, ponto médio de uma classe, tipos de distribuição. Livros de ns. 1, 2, 4.

Ponto 2 — Concentração de valores: médias, mediana e modo, definição, propriedades e emprego. Livros de ns. 1, 2, 4.

Ponto 3 — Dispersão de valores: diversas medidas. Assimetria. Livros de ns. 1, 2.

Ponto 4 — Verificação da precisão dos valores. Erros padrões e erros prováveis das medidas de concentração e dispersão. Livros de ns. 6, 1, 2.

Ponto 5 — Aplicações do cálculo das probabilidades à estatística. Lei dos grandes números. Livros de ns. 5, 7, 8, 14.

Ponto 6 — Associação, Correlação; coeficiente de correlação, validade do coeficiente de correlação. Equação de regressão. Livros de ns. 1, 2, 6.

Ponto 7 — Noções sobre os problemas de amostragem, representatividade. Livros de ns. 1, 6, 15.

Ponto 8 — Números índices, suas aplicações. Livros de ns. 4, 5, 6.

2.^a Parte — Estatística

Ponto 1 — Noções gerais sobre origem e desenvolvimento da estatística. Livros de ns. 9, 14.

Ponto 2 — O trabalho estatístico: coleta, crítica, apuração e sistematização dos dados. Livros de ns. 2, 10.

Ponto 3 — Tabelas estatísticas regras e convenções adotadas pelo I.B.G.E. Livros de ns. 13, 16.

Ponto 4 — Gráficos, diversos tipos, indicações sobre o emprego dos diversos tipos de gráficos. Livros 1, 2, 3, 5.

Ponto 5 — A organização dos serviços de estatística no Serviço Público Federal. Livros ns. 11, 13.

Ponto 6 — Levantamento das estatísticas administrativas (decreto-lei n. 3.854, de 21 de novembro de 1941). Livro de n. 12.

Provas de Matemática, corografia do Brasil; qualquer livro para curso secundário.

INSPECTOR DE ALUNOS

1. Qualquer gramática da língua nacional que contenha matéria ensinada na segunda série ginásial.
2. Qualquer livro de Matemática que contenha matéria ensinada na segunda série secundária.
3. Qualquer compêndio de Geografia do Brasil que contenha matéria lecionada na quinta série primária.
4. Qualquer compêndio de História do Brasil indicado para o curso secundário.
5. Qualquer livro didático para escolas brasileiras sobre instrução moral e cívica.

Quanto à parte prática, é conveniente ler as questões das provas organizadas para "Inspetor Auxiliar", as quais se acham publicadas às págs. 272 e segs. da "Revista do Serviço Público", Ano V — Setembro — N. 3. de 1941.

POSTALISTA

1. *Português* — Qualquer compêndio que contenha matéria referente ao programa da terceira série do curso ginásial.

2. *Noções de Direito*

- a) Constituição da República
- b) Revista do Serviço Público
- c) Lei n. 284, de 1936
- d) Dec.-lei n. 1.713, de 1939
- e) Dec.-lei n. 240, de 4 de fevereiro de 1938
- f) Dec.-lei n. 579, de 1938
- g) Legislação referente à organização do Ministério da Viação.

3. *Prática dos Serviços Postais*

- a) Legislação referente à organização do D.C.T., e especialmente dos serviços postais.

4. *Conhecimentos Gerais*

- a) **MATEMÁTICA**: Qualquer compêndio que contenha matéria referente ao programa do segundo ano do curso ginásial.

b) **ESTATÍSTICA**: Lauro S. Viveiros de Castro "Pontos de Estatística". Paulo de Acioly Sá "Elementos de Estatística". Milton da S. Rodrigues "Elementos de Estatística Geral".

c) **GEOGRAFIA GERAL e COROGRAFIA DO BRASIL**: Qualquer compêndio que contenha matéria referente ao programa do curso secundário de Geografia Geral e Corografia do Brasil.

1. História do Ensino Secundário no Brasil — A. Figueira de Almeida — Livraria Jacinto.

2. Tendências e diretrizes da educação secundária — A. Carneiro Leão — Tipografia "Jornal do Comércio".

3. Um grande problema nacional — estudos sobre o ensino secundário — Pongeti, editor.

4. Teoria e Prática do Ensino Secundário — Inspetorias Regionais do Distrito Federal — Tip. Almanach Laemmert — 1935.

5. Educação Comparada — Milton Rodrigues — Cia. Editora Nacional.

6. Noções de História da Educação — Afranio Peixoto — Cia. Editora Nacional.
7. Introdução à Administração Escolar — A. Carneiro Leão — Cia. Editora Nacional.
8. Boletim de Educação Física — N. 1 — Divisão de E. Física — 1941.
9. Regime Higiênico Dietético em Internatos — Palestras organizadas pelo Departamento Nacional de Educação — 1940.
10. Registo e Remuneração dos professores particulares — Jorge Barata — Of. Gráficas Vilas Boas.
11. Albino Peixoto Junior — Educação Secundária — Histórico, situação e problemas — Monografia de curso para Técnico de Educação.
12. Tendências da Educação Brasileira — Lourenço Filho — Cia. Melhoramentos de São Paulo.
13. A orientação educacional na escola secundária — Aracy Muniz Freire — Cia. Editora Nacional.
14. Faria Goes — Problemas de ensino técnico secundário — Publicação do Departamento de Educação Secundária do Distrito Federal.
15. Formação do magistério secundário — Conferência do prof. Lourenço Filho no Mackenzie College, em São Paulo.
16. Adalberto Correia Sena — Legislação do Ensino Secundário — Livraria Central — Rio.

E mais :

- a) Legislação citada nas instruções.
- b) Constituição Federal de 91, 34 e 37.
- c) Anais da Câmara dos Deputados — Debates sobre o ensino secundário — Publicação da Secretária da antiga Câmara dos Deputados.

Autores estrangeiros

1. ENGELHARDT and OVERN — Secondary Education — Principles and Practices — Appleton Century — Series Administration — D. Appleton — Century Company — New York.
2. BRIGGS, T.H. — Secondary Education (New York — The Macmillan Co. 1934).
3. COX, P.W.L. and LONG, F.E. — Principles of Secondary Education (Boston, D.C. Heath and Co. 1932).
4. DOUGLAS, H.R. — Organization and Administration of Secondary Schools (Boston, Ginn and Co. 1932).
5. KANDELL, I.L. — History of Secondary Education (Boston, Houghton Mifflin Co. 1930) (Fundamental).
6. LEE, J.M. — A Guide to Measurement in Secondary Schools (New York — D. Appleton — Century Co. 1936).
7. RUDMAN, BARNET — "Cardinal Principles of Secondary Education" — In School and Society — Vol. XLI — June, 1935.

8. L.V. KOOS and G.N. KEFAUVER — Guidance in Secondary Schools (New York — The Macmillan Co. 1925).
9. BILLET, R.O. — Individual Differences, Marking, and Promotion — National Survey of Secondary Education, Monograph n. 13, Department of the Interior, U.S. Office of Education, Bulletin, 1932, n. 17.
10. DOUGLAS, A.A. — Secondary Education (Boston, Houghton Mifflin Co. 1927).
11. INGLIS — Principles of Secondary Education — Houghton Mifflin Company — New York (Fundamental).
12. DAVIS, C.O. — Public Secondary Education.
13. MONROE, P. — Principles of Secondary Education.
14. SNEDDEN, D. — Principles of Secondary Education.
15. CLEMENT — Principles and Practices of Secondary Education — The Century Education Series — The Century Co.
16. UHL, WILIES L. — The Reorganization of Secondary Education.
17. SYMONDS, Percival M., Measurement in Secondary Education (New York, The Macmillan Company, 1927).
18. ALBERTY H., and THAYER, V.T. — Supervision in the Secondary School (Boston, D.C. Heath and Company, 1931).
19. DOUGLAS, Harl R., and Boardman, C.W. Supervision in Secondary School (Boston, Houghton Mifflin Company, 1934).
20. La Educacion de la Adolescencia — Prof. Domingo Barnés — Coleção Labor.
21. Psicologia de la edad juvenil — Spranger.
22. Psicologia de la adolescencia — Domingo Barnés.
23. BROWN, EDWIN J. — Secondary School Administration — Its Practice and Theory — Houghton Mifflin Company — New York.
24. CARPENTER W.W. and JOHN RUFÍ — The Teacher and Secondary School Administration — Ginn and Company, 1932.
25. EDMONSE, JAMES B., JOSEPH ROEMER, and FRANCIS L. BACON — Secondary School Administration — The Macmillan Company, New York.
26. ROY O. BILLET — The Administration of Learning Groups in Elementary Schools — In "The Fifth Yearbook of the Nacional Society for the Study of Education — Part. I — Public School Publishing Company — Bloomington — Illinois — 1936.
27. LULL, HERBERT G. SECONDARY EDUCATION — W.W. NORTON & Company, 1932.
28. EDMONSON, JAMES B., JOSEPH ROEMER, and FRANCIS L. BACON — Secondary School Administration — The Macmillan Company, New York, 1932.